



# Anais da Assembléia

40

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 28. SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1.987  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausente o Sr. Deputado Paulo Furiatti (01) e o Sr. Deputado Homero Oguido, em licença (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela ordem) Retiro meu pedido de verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Retiro meu pedido de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Diante da retirada das duas lideranças, esta Presidência colocará em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N. 40/87

Curitiba, 27 de abril de 1987.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei complementar que objetiva estabelecer normas com vistas à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11 de dezembro de 1986.

A lei complementar referida, por não ser auto-exeqüível e por prever simples autorização para a implantação do regime de que trata, depende de medidas regulamentares que estabeleçam os delineamentos da jornada diferenciada de trabalho nos estabelecimentos estaduais de ensino com carência de recursos humanos para o atendimento de suas necessidades docentes.

O regime diferenciado, na forma proposta, consiste na colocação do professor, mediante opção e desde que constatada a real necessidade a nível de estabelecimento de ensino, em jornada de trabalho de 20 horas semanais para todos os níveis de atuação; 30 horas, para os atuantes de quinta à oitava séries do Primeiro Grau, e todas as séries do segundo grau; e 40 horas para todos os níveis de atuação.

A proposição nasceu de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Educação, da Administração, do Planejamento, das Finanças e pela Casa Civil, os quais foram analisados também com representantes da Associação dos Professores do

Paraná em várias reuniões, refletindo assim, a proposta, em sua redação final, a concordância da classe e os legítimos interesses do ensino.

No sentido de oferecer outros esclarecimentos em torno do assunto, vai anexada cópia autêntica do Ofício 693/87, de 13 do corrente mês, a mim dirigido pelo Sr. Secretário de Estado da Educação.

Considerando que a medida proposta ajusta-se à filosofia de racionalização administrativa que pretendo implementar em meu período de governo, atendendo ao mesmo tempo, a questão primordial de dotar o ensino do Paraná de meios necessários ao seu próprio desenvolvimento, assim podendo atender, da melhor forma possível, a demanda dos que buscam matrícula nos estabelecimentos oficiais do Estado, conto com o apoio e a aprovação dessa Augusta Casa de Leis e aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11 de dezembro de 1986, é o número de horas semanais em que o pessoal do Quadro Próprio do Magistério exerce atividades inerentes ao cargo e, ao professor, compreende:

I. hora-aula, que é o período de tempo em que desempenha atividades docentes com o aluno; e,

II. hora-atividade, que é o período em que desempenha atividades relacionadas com a docência, no seu local de exercício.

§ 1.º - Para efeito desta lei, o pessoal do Quadro Próprio do Magistério, compreende:

a. docente - aquele que exerce suas atividades em efetiva regência de classe; e,

b. especialista de educação - aquele que exerce as atividades definidas no parágrafo 1.º do Artigo 3.º da Lei Complementar n. 07, de 22 de dezembro de 1976.

§ 2.º - O Regime Diferenciado de Trabalho para o Pessoal do Quadro Próprio do Magistério compreende jornadas de:

a. 20 (vinte) horas semanais, para todos os níveis de atuação;

b. 30 (trinta) horas semanais, para os atuantes de quinta à oitava séries do Primeiro Grau e todas as séries do Segundo grau; e,

c. 40 (quarenta) horas semanais, para todos os níveis de atuação.

§ 3.º - O ingresso numa das jornadas do Regime Diferenciado de Trabalho facultará ao professor, optante pelo Regime, o exercício de atividades docentes, para

complementar a jornada, nos anos subsequentes à opção, nas disciplinas em que estiver habilitado e não apenas na disciplina de concurso.

§ 4.º - Em qualquer circunstância, o ingresso ou a alteração na jornada somente poderá ser efetuado com a concordância expressa do professor ou especialista de educação.

§ 5.º - O percentual de hora-atividade do professor optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho será de 20% (vinte por cento) sobre a jornada de trabalho.

Art. 2.º - Somente poderá optar pelo Regime Diferenciado de Trabalho, o integrante do Quadro Próprio do Magistério que se encontrar numa das situações funcionais seguintes:

a. detentor de dois cargos de magistério, observado o § 1.º deste artigo;

b. detentor de um único cargo de magistério;

c. detentor de um cargo de magistério ativo e outro inativo, observado o § 2.º deste artigo.

§ 1.º - Ao integrante do Quadro Próprio do Magistério que se encontrar na situação funcional prevista na alínea "a" deste artigo, será facultado o ingresso no Regime Diferenciado de Trabalho, mediante a exoneração de um dos cargos, ficando assegurada a percepção das vantagens inerentes ao Regime, a partir da data de exoneração.

§ 2.º - O Regime Diferenciado de Trabalho não se aplicará ao integrante do Quadro Próprio do Magistério que, em consequência da opção, venha a perceber, cumulativamente, remuneração ou proventos que ultrapassem o valor correspondente à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3.º - As vagas para opção das jornadas de trabalho, instituídas nesta lei, serão ofertadas a nível de município, em número e local que a administração determinar. Estas vagas serão acessíveis a todos os interessados, mediante inscrição, em tempo hábil, na Secretaria da Educação, conforme instruções que serão expedidas por aquela Pasta, observando-se a seguinte ordem de prioridades:

I. detentor de 2 (dois) cargos de magistério, em efetivo exercício no estabelecimento onde a vaga for ofertada, observando-se o § 1.º do artigo anterior;

II. detentor de um cargo, que esteja ministrando aulas extraordinárias no estabelecimento onde a vaga for ofertada;

III. detentor de um cargo que esteja ministrando aulas extraordinárias;

IV. detentor de um cargo que não ministre aulas extraordinárias;

§ 1.º - Obedecida a ordem de prioridades estabelecida neste artigo e havendo

dois ou mais interessados, na mesma escala de prioridade, prevalecerá, para efeito de desempate, o que tenha o maior tempo de serviço de magistério estadual no município, seguindo-se o que tenha maior tempo de serviço no magistério público estadual e, por último, o mais idoso.

§ 2.º - O integrante do Quadro Próprio do Magistério, detentor de um cargo, somente poderá ingressar no Regime Diferenciado de Trabalho após concluído o estágio probatório.

Art. 4.º - Fica instituída a Parcela de Complementação de Carga horária para o Regime Diferenciado de Trabalho, que será paga em percentual calculado sobre o valor do vencimento, na referência que ocupar, acrescido dos adicionais por tempo de serviço, da seguinte forma:

I. 50% (cinquenta por cento) para a jornada de 30 (trinta) horas semanais;

II. 100% (cem por cento) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

§ 1.º - A parcela em questão se somará ao valor do vencimento, na referência que ocupar, e aos adicionais, para efeito de cálculo de gratificação constante do artigo 75, da Lei Complementar n. 07/76, e das obrigações previdenciárias.

§ 2.º - O integrante do Quadro próprio do Magistério perceberá a parcela ora tratada, enquanto estiver no exercício específico de sua opção pelo Regime Diferenciado de Trabalho.

§ 3.º - Os efeitos funcionais e financeiros da parcela de que trata este artigo serão mantidos nos casos de afastamento previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VIII, X, XI, XII e XIII, do artigo 54, da Lei Complementar n. 07/76, no exercício de cargo em comissão de direção e assessoramento superior, na chefia ou coordenação de nível intermediário, bem como nos casos de membros da direção da Associação dos Professores do Paraná, colocados à sua disposição.

§ 4.º - Para efeito desta lei, entende-se por Parcela de Complementação de Carga Horária o percentual calculado sobre o valor do vencimento do professor ou especialista optante, acrescido dos adicionais por tempo de serviço, observando-se o estabelecido nos artigos 4.º e 5.º, desta lei.

Art. 5.º - O professor ou especialista de educação optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho terá incorporada a parcela aos seus proventos de inatividade, na proporção de 1/25 (um vinte e cinco avos), se do sexo feminino, ou 1/30 (um trinta avos), se do sexo masculino, para cada ano de percepção da referida parcela.

§ 1.º - Para efeito da formação da proporcionalidade de que trata este artigo, será considerado também o período de

tempo de percepção cumulativa com o vencimento do seu cargo:

- a. de aulas suplementares ou extraordinárias, apurado na forma de contagem que estabelece a lei; e
- b. de vencimento relativo a cargo público anterior de magistério, estatutário ou regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do qual se tenha exonerado ou demitido.

§ 2.º - A partir da data em que o professor ou especialista de educação completar o tempo necessário para a aposentadoria, a proporcionalidade prevista neste artigo passará a ser de 2/25 (dois vinte e cinco avos) ou 2/30 (dois trinta avos), por ano completo de efetivo exercício, até atingir o seu limite máximo.

§ 3.º - Para a incorporação da parcela de que trata o "caput" deste artigo, será também considerado o valor decorrente da proporcionalidade de jornadas desiguais ocorridas anteriormente à opção pelo Regime Diferenciado de Trabalho e durante a sua vigência.

§ 4.º - A percepção das vantagens do Regime Diferenciado de Trabalho é compatível com o benefício instituído no parágrafo 2.º, do artigo 76, da Lei Complementar n. 07/76, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar n. 34, de 11 de dezembro de 1986, desde que não tenha optado pela contagem de tempo na forma do parágrafo 1.º, do referido artigo, e da alínea "a", do § 1.º deste artigo.

Art. 6.º - A remoção de professor ou especialista de educação, optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho, obedecidas as normas desta lei, somente poderá ocorrer para vaga idêntica, em estabelecimento definido na forma do art. 3.º, e observado o disposto no artigo 49, da Lei Complementar n. 07/76 e sua regulamentação.

Art. 7.º - Para efeito do benefício de que trata a Lei n. 7770, de 14 de dezembro de 1983, será considerado, ao optante em atividade, o valor da Parcela de Complementação de Carga Horária, excluídos os adicionais por tempo de serviço e quaisquer outras vantagens.

Parágrafo Único. Na percepção do benefício da Lei n. 7770/83, no caso de optante inativado pelo Regime Diferenciado de Trabalho, será observada a proporcionalidade da Parcela de Complementação de Carga Horária, conforme a norma estabelecida pelo art. 5.º, desta lei, excluídas as vantagens adicionais.

Art. 8.º - A Secretaria de Estado da Educação baixará os atos complementares necessários ao cumprimento desta lei, inclusive detalhando as atividades mencionadas na alínea "b", do parágrafo 1.º, do artigo 1.º, desta mesma lei.

Art. 9.º - Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

Ofício n. 693/87.

Curitiba, 13 de abril de 1987.

Senhor Governador.

A Lei Complementar n. 32, de 11 de dezembro de 1986, publicada no Diário Oficial de 12 de dezembro de 1986, instituiu o Regime Diferenciado de Trabalho, para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, consignando um prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que a Secretaria de Estado da Educação propusesse a regulamentação da matéria.

Em se tratando de instituto completamente inovador na legislação do magistério, o assunto vem sendo objeto de acurados estudos desde o segundo semestre de 1983, já tendo havido duas comissões que e debruçaram sobre o mesmo, resultando daí uma proposta de regulamentação.

Entendemos, entretanto, que, embora tenha que ser implementado, por força da lei que o instituiu, à administração do Estado compete precipuamente tomar algumas precauções, face à fragilidade do sistema de controle, bastante imperfeito ainda, a fim de que não se criem expectativas que, uma vez aplicadas, venham a gerar problemas de gestão difíceis de serem administrados.

A regulamentação inicialmente proposta era bastante generosa, pois abria a possibilidade de deferimento do Regime Diferenciado de Trabalho a todos os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, inclusive àqueles que, detentores de dois cargos, já possuísem um deles inativado, como também permitia a abertura total de vagas, unificando, no caso de acumulação legal, os dois cargos, prevalecendo o vencimento e as vantagens do de maior remuneração, o que levaria a um aumento de despesas significativo e imprevisível, na medida em que consignava regras de incorporação aos proventos da inatividade, bem como dispunha sobre normas de aposentadoria que poderiam comprometer seriamente o erário público, além de irem frontalmente de encontro a princípios constitucionais e estatutários que dispõem sobre a matéria.

Assim sendo, havemos por bem, em caráter informal, compor uma comissão constituída por representantes desta Secretaria, das Secretarias de Estado da Administração, do Planejamento, das Finanças e da Casa Civil, a fim de analisar a referida proposta de regulamentação, adequando-a não apenas às pretensões de atendimento à laboriosa classe do magistério, como também às conveniências e necessida-

des da administração, aliadas às possibilidades orçamentárias, sem qualquer tratamento diferenciado que venha a criar situações de privilégio ou discriminação a determinados segmentos do Magistério.

Outrossim, cabe referir que o Regime Diferenciado de Trabalho ora tratado irá, na mesma proporção de gradatividade de sua implantação, eliminar a atribuição anual de aulas extraordinárias, o que tem gerado, a par da instabilidade do profissional da educação, problemas de controle para a administração, bem como reduzir o número de professores celetistas contratados para suprimimento de vagas exigidas anualmente.

Dentro desses procedimentos e, ao analisar ainda os aspectos jurídicos, a comissão chegou à conclusão de que a regulamentação não poderia ser feita por decreto, mas deveria sê-lo através de Lei Complementar, orientando os trabalhos neste sentido, a partir daí.

Informamos ainda a Vossa Excelência, que, após a revisão de todo o estudo, esta Secretaria promoveu a discussão do mesmo em quatro reuniões com a Associação dos Professores do Paraná, sendo que o anteprojeto elaborado, em sua redação final, reflete também a concordância daquela entidade, que congrega todo o magistério paranaense.

Em anexo, temos a satisfação de encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência o referido anteprojeto de Lei Complementar, consubstanciando todas as medidas relacionadas à implantação efetiva do Regime Diferenciado de Trabalho.

Respeitosamente,

(a) BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

Secretário de Estado da Educação

Excelentíssimo Senhor

ÁLVARO DIAS

Digníssimo Governador do

Estado do Paraná

NESTA CAPITAL.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.41/87

Curitiba, 27 de abril de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, datados de 10 de novembro de 1986, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o município de Curitiba, objetivando a construção de prédios para as Subunidades Policiais Militares dos bairros de Santa Quitéria e Parolin e, com o município de Paranaguá, objetivando a construção de prédio para a Subdelegacia da Ilha do Valadares.

Encaminho, ainda, para os mesmos fins, cópia autêntica de termo aditivo datado de 17 de março de 1986, ao Convênio n. 435/84, celebrado em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de Barracão, objetivando a construção de prédio para sede da Unidade Policial Militar do Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 18/87, objeto da Mensagem Governamental n. 25/87, que se encontra na Comissão de Finanças deste Poder.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do médico Ricardo Edgar Skowronek, ocorrido em Londrina.

O extinto era figura tradicional na cidade, homem respeitado e admirado por um vasto contingente de amigos que conquistou ao longo de seus 77 anos.

Foi uma irreparável perda, que deixou um vazio enorme na sociedade londrinense.

Foi uma vida inteira a praticar o bem e a zelar, por muitos anos, da saúde daqueles que recorriam a seus competentes serviços profissionais.

A Assembléia Legislativa tem o dever de registrar nos anais da história do Paraná a homenagem póstuma a tão querida e extraordinária figura humana.

Que o ato desta Casa de Leis seja comunicado à família enlutada, na pessoa da viúva, dona Yolanda Gomes Skowronek, à rua Souza Naves, 441, em Londrina, rogando que Deus Nosso Pai Criador conforte a todos nesta hora de dor por tão grande perda.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Dr. João Kuhn Sobrinho, ocorrido em data de ontem, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Sra. Catarina Mayer Kuhn e tinha 11 filhos: Alceu, casado com Margarida; Aurélio, casado com Cecília; Margarida, casada com Eduardo; Domingos, casado com Odicéia; Adolfo, casado com Cecília; Frederico, casado com Sofia; Catarina, casada com José Carlos; Maria, casada com Isantino, Leonor, casada com Eldemir; Eunice, casada com Sérgio e Lourdes, casada com Sérgio.

Pessoa das mais estimadas e prestativas da comunidade pontagrossense, deixa uma grande lacuna no coração de seus familiares e amigos. Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que se registre nos Anais desta Egrégia Casa de Leis, voto de congratulações ao município de Mandaguari, pelo transcurso do Jubileu de Ouro de sua criação, que será comemorado no dia 6 de maio de 1987.

Requer, ainda, à Mesa, o envio de ofício ao Prefeito, Senhor Antônio Galera Gonçalves, informando-o da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 29.04.87

(a) JOÃO ARRUDA

##### JUSTIFICATIVA:

Merece o povo mandaguariense, por seu trabalho, pela coragem com que se associou ao progresso do Paraná, pela visão de seus fundadores, o respeito e a admiração do Estado. O marco de sua história foi fincado há 50 anos, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná fundou o patrimônio que lhe deu origem a 6 de março de 1937 com a denominação de Vitória, passando, pouco tempo depois, a chamar-se Patrimônio Lovat - em homenagem a Lord Lovat, o fundador daquela Companhia, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A 30 de dezembro de 1943, por Ato do então governador Manoel Ribas - Decreto-lei Estadual n. 199, foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de Apucarana. Finalmente, a 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual

n.2, foi elevado à categoria de Município, já com o nome de Mandaguari.

Desde os pioneiros - as famílias Camacho, Guedes, Matos Figueiredo, Coelho, Munhoz, Silvestre, Retruci, Vinagre, Falkowski, Guimarães, Loureiro e os senhores Custódio Ferreira da Rocha, Manoel dos Santos, José Taccola, Andrino Martins e Atilio Manerva, - o povo de Mandaguari tem se dedicado à agricultura, absorvendo conhecimentos e técnicas novas e alçando-se à posição de importância na produção da Região e do Estado.

E a par desse ingente trabalho, tem guardado e lustrado sua história, conhecendo a importância e o valor das efemérides.

Isto exposto, rogamos respeitosamente aos nobres Pares da Assembléia Legislativa do Paraná, o importante registro do voto de congratulações ao povo daquele Município, homenageando-o com a atenção e a justiça dos que representam todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações aos Excelentíssimos Senhores ALZEMIRO FRANCISCO RECH e ANTONIO PAVAN, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Jardim Alegre, pelo vigésimo terceiro aniversário daquele Município.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Egrégia Casa, voto de louvor e de regozijo pelo oitavo aniversário da Rádio Danúbio Azul, da cidade de Santa Izabel do Oeste.

Requeremos, ainda, que se encaminhe ao Padre Cestilio José Miotto, idealizador, lutador incansável e diretor daquela emissora radiofônica, expediente comunicando a decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Quando a 27 de abril do ano de 1979, inaugurou-se oficialmente a Rádio Danúbio Azul, de Santa Izabel do Oeste, concretizava-se um velho sonho da gente daquele Município e de municípios vizinhos. Até então, as informações de interesse de toda a região, dependiam de duas rádio-emissoras - uma de Francisco Beltrão e outra de Pato Branco, quando não de estações de rá-

dio de Porto Alegre ou Florianópolis. O regime de chuvas no Sudoeste, até então, era rigoroso, dificultando as comunicações terrestres, sendo ainda deficiente (ou inexistente) o sistema telefônico.

Surgiu a figura do corajoso Padre Cestilio José Miotto, liderando o movimento para a criação de uma emissora de rádio em Santa Izabel do Oeste, investindo e intermediando interesses e recursos suplementares, requerendo, acompanhando o difícil processo de aprovação junto ao Dentel e, finalmente, instalando a sonhada emissora de Santa Izabel do Oeste que, na sua trajetória pelos ares sudoestinos, tem cumprido seu importante papel social.

A comunidade de Santa Izabel do Oeste merece o reconhecimento, através da pessoa do Padre Miotto, pelo entusiasmo com que exercitou a idéia de criar e instalar uma rádio emissora naquela cidade; e os serviços de cunho social que a entidade prestou no seu difícil início, há oito anos atrás e vem prestando aos residentes em toda a área de sua cobertura, nos dias atuais, inspiram respeito aos que conhecem sua história, fazendo a Rádio Danúbio Azul, de Santa Izabel do Oeste, credora dos votos solicitados, respeitosamente, por meio deste requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, com fundamento no art. 134, § 1., inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após deliberação do soberano Plenário deste Legislativo, conste da Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor à equipe de pesquisadores do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, em Ponta Grossa.

Preocupados com a qualidade das culturas de verão, os pesquisadores do IAPAR selecionaram uma nova variedade de sementes de leguminosas, básicas e isentas de doenças, para continuidade do uso do tremoço.

O uso indiscriminado do tremoço para adubo, estava mais prejudicando do que beneficiando os agricultores, tendo em vista que a falta de sementes idôneas no mercado, vinha proporcionando a disseminação de doenças, desacreditando a espécie para o uso na recuperação do solo.

Bady Cury, um dos pesquisadores do Polo Regional de Pesquisa de Ponta Grossa, explica que as sementes selecionadas pelo IAPAR são da espécie *Lupinus Angustifolios* (azul), introduzida na Alemanha em 1978. Bastante resistente, suportando até 6 graus negativos, é recomendada para plantio nas regiões Sul e Sudoeste, em áreas onde não haja infestação de nematóides do gênero *Meloidogyne Incognita* e *Javanica* por ser hospitaleira e multiplicadora.

O tremço azul exige boa luminosidade e não se adapta a clima excessivamente quente e úmido. É uma espécie amarga, rústica, e suporta bem solos ácidos. Sua decomposição é rápida, dada a baixa relação Carbono/Nitrogênio. Da mesma forma que as espécies branco e amarelo de tremço, são recomendadas para rotação de culturas, desde que atendendo aos sistemas de produção das regiões e às indicações técnicas de ser sucedido ou antecedido por uma espécie gramínea na safra de verão, evitando-se assim a manutenção de inóculos de pragas e doenças comuns às espécies leguminosas.

Os resultados obtidos em ensaios instalados pelo IAPAR, em Ponta Grossa e Pato Branco, indicaram que a variedade selecionada de tremço azul possui ciclo de aproximadamente 170 dias, e deve ser plantada entre abril e maio. Havendo, entretanto, disponibilidade de área, Bady Cury recomenda o plantio mais cedo, no início de abril, o que permite a incorporação ao solo aos 110 dias de emergência, entre a primeira e segunda florada, e a liberação da área mais cedo para o plantio de verão.

Bady Cury e Ademir Calegari, do IAPAR, lembram, ainda, que o uso do tremço vem sendo recomendado por uma série de benefícios na recuperação e recomposição física, química e biológica dos solos paranaenses. Dentre estes benefícios apontados, eles lembram: melhoria de estrutura física do solo; aumento do teor de matéria orgânica; proteção do solo contra erosão; aumento de capacidade de absorção e mobilização de nutrientes no solo favorecendo a reciclagem de nutrientes; melhoria do regime de aeração do solo por aumento da macroporosidade, permitindo maior infiltração de água, além da fixação de nitrogênio no solo.

Estudos realizados pelo Programa de Recursos Naturais do IAPAR, indicam que as espécies de tremço utilizadas no Paraná têm capacidade para fixar até 90 quilos de nitrogênio por hectare, que pode ser eficientemente aproveitado pela cultura do milho. Esta capacidade de fixação de nitrogênio ocorre naturalmente, sem necessidade de inoculação, apenas com as espécies nativas de rizóbio presentes nos solos do Estado.

O Programa de Propagação Vegetal já iniciou a produção de sementes básicas, possibilitando o acesso do agricultor a um material genético de qualidade, comprovadamente eficaz na recuperação dos solos e com garantia de isenção de transmissão de doenças.

Pela dedicação desses colaboradores no desenvolvimento agrícola de nosso Estado, rendemos nossas justas e mais sinceras homenagens.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que faculta o Artigo 134, § 2º, IV, do Regimento Interno, respeitosamente REQUER a retirada por vinte (20) sessões da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 218/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia 30 de abril de 1987, da Mensagem n. 32/87, referente à REFORMA ADMINISTRATIVA, de conformidade com o deliberado no requerimento, aprovado na sessão do dia 27 próximo passado.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

BÁSILIO ZANUSSO

Líder do PFL

CAÍTO QUINTANA

Líder da Bancada/PMDB

ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário e com amparo no artigo 126 do Regimento Interno, REQUER a anexação do Projeto de Lei n. 209/86, ao de número 35/87, por similitude de matéria. Ambos visam declarar de utilidade pública a mesma entidade.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ACYR MEZZADRI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de apoio às 28 Prefeituras Municipais da microrregião 9, pela medida adotada em repúdio ao não cumprimento da promessa feita pelo Senhor Presidente da República, José Sarney, por ocasião do encontro realizado entre ele e os inúmeros prefeitos presentes ao encontro ocorrido em Brasília, no dia 24 de março passado.



Outrossim sugere, que idêntica medida venha a ser adotada pelos prefeitos dos municípios componentes das outras microrregiões do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O centralismo da política tributária vigente no País, é o maior responsável pela situação de insolvência em que se encontra a grande maioria dos municípios brasileiros.

O continuísmo de tal situação tem tornado quase que impossível aos Senhores Prefeitos Municipais, a administração de seus municípios.

Objetivando a mudança de tal quadro e objetivando minimizar a grave situação enfrentada por seus municípios, inúmeros Senhores Prefeitos mativeram no passado dia 24 de março do corrente ano, encontro com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, oportunidade em que receberam por parte do Chefe da Nação a promessa da implementação de medidas voltadas à resolução parcial de seus problemas no prazo mínimo de 30 dias, o que, infelizmente, não se verificou, razão pela qual em solidariedade aos Senhores Prefeitos Municipais da Microrregião 9 do Estado do Paraná, é que apresentamos o presente requerimento, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares que compõem esta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à essa Presidência seja oficiado à Prefeitura Municipal de Mandaguari, através do Senhor Prefeito Antônio Gáltera González, e à Câmara Municipal, através de seu Presidente, Vereador Jorge Moyses Hamessi, dando votos de congratulações deste Poder pela passagem do Cinquentenário do Aniversário de Mandaguari, a realizar-se em 06 de maio de 1987.

Sala das Sessões, em 29.04.87

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado, de acordo com o Regimento Interno, REQUER após manifestação do Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Odeni Mongrue, Digníssimo Presidente da Companhia de Habitação Paranaense - COHAPAR, para que forneça ao Gabinete deste Parlamentar, informações sobre os seguintes quesitos:

- valor mensal do aluguel pago pela COHAPAR referente ao edifício sede, situado à Rua Marechal Deodoro, em Curitiba;
- custo e justificativa das mudanças

no Organograma e criação de uma nova Diretoria.

c) valor das diárias pagas pela COHAPAR aos seus Diretores e Funcionários, em serviços.

d) quantos funcionários já foram demitidos nesta gestão e quais os critérios adotados.

e) custo e justificativa da redecação da sede da COHAPAR, no endereço acima.

Sala das Sessões, em 29.04.87

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Os bens e recursos públicos devem ser administrados na medida da necessidade, visando sempre a melhoria e aperfeiçoamento do atendimento à população.

Recentemente várias suspeitas foram levantadas e veiculadas nos meios de comunicação social, sobre fatos ocorridos naquele órgão. Entretanto, nenhuma delas foi contestada, nem ao menos mereceu explicação.

As lideranças políticas e a população merecem estar informadas sobre tais fatos. Principalmente no momento em que o Governo propala intenções de moralizar e tornar mais transparentes os atos da Administração Pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Coordenador do INCRA no Paraná, para que forneça ao gabinete deste Parlamentar cópia da Carta de Ordem reexpedida pelo Supremo Tribunal Federal, autorizando o INCRA a promover a regularização fundiária das glebas de terras cujos títulos dominiais foram cancelados no Imóvel Piquiri, em Nova Aurora - PR.

Requer, também, que o INCRA agilize a regularização da área sob a justificativa: "conveniências administrativas e sociais".

Requer ainda o envio de cópia do mesmo expediente aos Senhores: Olivo Bálico - 85.820, Nova Aurora - PR. e Dr. Renato Kanayama, Rua Marechal Deodoro, 500, sexto andar - Curitiba.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Há anos, arrasta-se o litígio sobre a área do Imóvel Piquiri, no Oeste Paranaense.

Quase uma centena de famílias de agricultores vivem em permanente instabilidade e insegurança.

A aplicação da Carta de Ordem do Supremo Tribunal Federal viria resolver, se não totalmente, a grande parte dos problemas que afligem aquela população.



## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando seja autorizado a construção de uma Escola Estadual no Conjunto Arnaldo Busato, no município de Itambé, onde atenderia a população estudantil do próprio conjunto, além das áreas vizinhas.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido telex, em caráter de urgência, aos Excelentíssimos Senhores Constituintes Paranaenses no Congresso Nacional, do inteiro teor deste Requerimento:

"Associando-me ao apelo que me foi dirigido pelo Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, através de telex de hoje, venho a Vossa Excelência para solicitar seu efetivo empenho quanto à aprovação de texto constitucional que venha em defesa do monopólio estatal do petróleo, da Petrobrás e contra os contratos de risco, texto este elaborado como sugestão, pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, e que transcrevo a seguir:

Artigo - "Constituem monopólio da União a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e em condutos, do petróleo e seus derivados e do gás natural, em território Nacional."

Parágrafo - "O monopólio descrito no "caput" inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, ficando vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, em jazidas de petróleo ou de gás natural, seja a que pretexto for."

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas para solicitar o recapeamento e duplicação da Rodovia BR-376, no trecho compreendido entre os municípios de Maringá e Paranavaí.

1. Governador Álvaro Dias

2. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

A BR-376, no trecho compreendido entre os municípios de Maringá e Paranavaí, encontra-se atualmente em estado precário, caracterizando um estado grave, devido ao grande fluxo de veículos que por ali trafegam durante o ano todo, fluxo este acrescido nos períodos de safra agrícola, principalmente por veículos pesados. Urge, portanto, a necessidade de recapeamento e duplicação de tal trecho rodoviário devido à sua grande importância geo-econômica para o Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Álvaro Fernandes Dias, solicitando com urgência a liberação de recursos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a compra de novos veículos e reparos nos usados, para melhor atendimento à população.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

A falta de segurança no nosso Estado tem causado graves transtornos à nossa querida população.

Hoje, existem vinte e nove municípios que não possuem viaturas policiais condignas para oferecer o mínimo atendimento à Segurança.

Somos testemunhas de dezenas de municípios que, para atender a um chamado da população, são forçados a acionar veículos particulares, quando a Prefeitura Municipal não pode ceder, muitas vezes pelo mesmo motivo.

Em outros casos, o veículo policial se encontra em estado tão deplorável, que falta coragem de sair em perseguição a algum delinqüente, quando a própria Prefeitura ou os municípios, através de associações populares, não têm suporte para efetuarem a manutenção.

Julgamos portanto, de precípua importância que o Estado libere recursos para que a Secretaria de Segurança possa oferecer uma melhor atenção às Delegacias de Polícia dos municípios, no que tange ao equipamento de viaturas em bom estado para o atendimento à Segurança do Povo paranaense. É a justificativa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, visando a inclusão urgente no plano de obra daquela Secretaria, a pavimentação asfáltica da estrada João Baranink, deste município, no trecho Fazenda Garcia até o distrito de Roberto Silveira, em Umuarama.

Uma vez aprovado, dê-se ciência da decisão aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e ao Vereador José Ilton de Oliveira, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação do referido trecho é anseio não somente da comunidade de Roberto Silveira, como também da população de Umuarama, pois aqueles que se utilizam daquela estrada, vêm encontrando dificuldades e transtornos para a sua locomoção, pois principalmente em dias de chuvas, este fica intransitável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, em regime de urgência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando o envio de Mensagem Constitucional a esta Casa de Leis, no sentido de que os Cartórios Judiciais, de qualquer natureza, que forem criados, se acharem vagos ou vierem a vagar, fiquem automaticamente sob o domínio e controle do Estado, passando a constituir renda pública as custas e emolumentos aos mesmos devidos. Deixando facultativo aos atuais, a opção pelo regime de oficialização. Conforme competência estabelecida para os Estados no Parágrafo Único do Art. 8. da Constituição Federal e, das competências locais, previstas no Art. 5. da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

Apoio: Nereu Carlos Massignan, Sabino Campos, Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes e Cândido Bastos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Superintendente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS - PR., Dr. Wilson Chedid, no sentido de informar a esta Casa de Leis, a respeito do

programa de aproveitamento dos aprovados no concurso de 1982, que se encontram até o momento aguardando um pronunciamento daquele Instituto.

Uma vez aprovado, que se dê ciência à Presidência da Câmara de Vereadores de Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas para construção de passagem de nível, nas proximidades do Km 141, principal via de acesso ao distrito de Iguatemi, município de Maringá.

1. Governador Álvaro Dias

2. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o grande fluxo de veículos e transeuntes, o que causa perigo à população que habita aquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente urgente às autoridades abaixo nominadas, para solicitar o recapeamento e duplicação da Rodovia BR-376, no trecho que o liga aos municípios de Sarandi e Mandaguari.

1. Governador Álvaro Dias

2. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

1. O referido trecho encontra-se atualmente em condições inadequadas para atender ao grande fluxo de automóveis e caminhões que lá transitam, em razão de parques industriais situados às suas margens.

2. A duplicação da rodovia só viria a facilitar o grande trânsito de veículos pesados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco Central e ao

Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil no sentido da agilização das medidas e recursos implementados pelo Governo Federal aos diversos setores da atividade produtora da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos atingindo o final do século XX, apenas 14 (quatorze) anos nos separam do início do terceiro milênio.

Século de desenvolvimento tecnológico incomparável e, até mesmo inconcebível para aqueles que iniciaram esta centúria.

Era dos computadores, da informática, do satélite de comunicações, do "Brasil-sat", do telex, do telefone DDD e DDI e, por outro lado, era em que as medidas tomadas em Brasília, chegam aos Estados Federados montados em fogosos cavalos do início da época medieval.

Não podemos entender o porquê da demora, não é mais possível que numa economia tão instável e acidentada as medidas do Governo Federal cheguem com tanta morosidade àqueles que serão os beneficiados.

Portanto, Senhores Deputados, a aprovação deste expediente é de importância inegável para que possamos chegar até as nossas autoridades federais e sensibilizá-las no sentido de que tais distorções sejam corrigidas.

De nada adiantará o bom senso e as iniciativas dos nossos Líderes e Governantes Federais se a demora persistir, pois na totalidade das vezes quando chegam as novas medidas ou os recursos, estes já estão defasados no tempo.

O compromisso do nosso partido é com o povo brasileiro e não com a permanência dos entraves burocráticos nos gabinetes e nos órgãos públicos, a qualquer nível.

Primeiramente as medidas devem chegar aos balcões dos órgãos competentes para depois serem alardeadas pelos veículos de comunicação, exemplo televisão.

Agilizar é a palavra de ordem para minorizar os problemas existentes nos vários rincões desta Nação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas Regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que se oficie ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja autorizada a construção da ligação asfáltica entre o Município de Flórida e o Distrito de Ângulo - Município de Iguaçu, numa extensão de aproximadamente 13 (treze) Km.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

O Deputado que assina o presente requerimento, vem recebendo ofícios de Cooperativas, Empresas de Transportes e Municípios vizinhos, no sentido de ser atendida a necessária pavimentação entre aqueles Municípios.

A comunidade de Flórida e Iguaçu, através de seus representantes, os Prefeitos Pedro Vicentin e Primo Vandanir Bozelle, respectivamente, e os órgãos representativos de classes, não se cansam em redigir ofícios a todas autoridades estaduais constituídas, sem merecerem o necessário respaldo.

No atual programa do Governo, estão inclusos 7.500 (sete mil e quinhentos) Km de rodovias a serem asfaltadas, portanto, é chegada a hora Senhor Governador.

Os Senhores Vereadores flordenses, em ofício a nós encaminhado, em certo momento afirmam, com razão, que durante tantos anos deram apoio ao Governo do PMDB, cobramos agora, de Vossa Excelência, para que a PR-461, no trecho que liga os dois Municípios, esteja incluído entre os primeiros do programa.

Certo de que Vossa Excelência, através de seu trabalho sério e incansável, não medirá esforços para que tão dignificante obra se realize pelo bom desenvolvimento da região Norte do Estado.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo, aos Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmara e todos os Vereadores de ambos Municípios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas Regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que se oficie ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a fim de que seja viabilizado o asfaltamento da rodovia que liga o Município de Douradina ao Distrito de São José do Ivaí, passando pelo Porto Bentão no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da rodovia que liga o Município de Douradina ao Distrito de São José do Ivaí, passando pelo Porto Bentão no Município de Santa Isabel do Ivaí, é uma premente necessidade dos referidos Municípios, que há muito vêm reivindicando esta medida a qual inúmeros benefícios e maior integração irá proporcionar, como a densidade da produção agropecuária e a perfeita integração que se fará com as atividades industriais da região.

Sendo o estímulo agropecuário uma das

metas prioritárias do atual Governo do Estado, é necessário que as estradas e asfaltamento recebam o cuidado merecido, necessidade esta que evitará pesados prejuízos aos produtores da região.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência do mesmo, aos Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras e todos Vereadores de ambos Municípios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas Regimentais, REQUER, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido de tornar urgente a assinatura de convênio com o Município de Santa Isabel do Ivaí e a FUNDEPAR, objetivando a construção de quadras polivalentes de esportes.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente requerimento assina, recebeu ofício do Senhor Otávio Mlake, presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel de Ivaí, comunicando que em sessão ordinária, realizada no dia 01.04.87, o Vereador Luiz Eduardo Casagrande, solicitou daquele Legislativo envio de expediente a nossa pessoa, nesta Casa de Leis, para que viabilizássemos a assinatura do referido convênio.

Tal solicitação vincula-se ao fato de que não existam quadras polivalentes de esportes no Município, e que, também, as mesmas virão atender e incentivar os jovens estudantes na prática de esportes.

Aguardamos que a presente reivindicação mereça a atenção e aprovação de nossas autoridades, fato que, indubitavelmente, terá o reconhecimento dos jovens estudantes e conseqüentemente, de toda comunidade de Santa Isabel do Ivaí.

Uma vez aprovado, seja dada ciência, deste requerimento e respectiva aprovação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e aos Vereadores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a Creche Nossa Senhora Aparecida, na Vila Urupês, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Em função dos percalços encontrados durante o Plano Cruzado, a maioria dos orçamentos das entidades estão defasados, fazendo com que a maioria delas enfrente problemas de ordem financeira para continuar prestando serviços à comunidade. Neste sentido, visando apoiar a Creche Nossa Senhora Aparecida em sua nobre função, é necessário conceder auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Comunitária, solicitando auxílio financeiro para a Creche São José, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A creche São José de Campo Mourão, localizada no Jardim Alvorada, vem prestando excelentes serviços à comunidade local e às crianças carentes. Por este motivo, necessita de auxílio financeiro para continuar melhorando seu atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, Doutor Jesus Sarrão, Solicitando urgentes estudos de viabilidade para que o Processamento das Carteiras de Motorista, requeridas no Município de Quedas do Iguaçu, passe a ser feito na CIRETRAN do Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

As Carteiras de Motorista requeridas, atualmente, no Município de Quedas do Iguaçu, são processadas em duas partes distintas:

a) EXAMES PSICOTÉCNICOS - realizados no Município de Pato Branco, onde são centralizados para toda a Região Sudoeste do Paraná;

b) CARTEIRAS DE MOTORISTA - processadas na CIRETRAN do Município de Francisco Beltrão.

Se não existe a possibilidade de implementar a CIRETRAN de Quedas do Iguaçu, permitindo-lhe que complete todo o processo da Emissão de Carteiras de Motorista, é justo que se proceda a um estudo que viabilize, pelo menos, evitar aos contribuin-

tes requerentes desse documento a viagem ao município de Francisco Beltrão, permitindo-lhes que na passagem por Dois Vizinhos, entroncamento obrigatório, possam encaminhar a documentação e ter a Carteira de Motorista ali processada, depois do resultado eventualmente favorável do Exame Psicotécnico (em Pato Branco).

Convenhamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a obrigatoriedade do deslocamento à cidade de Francisco Beltrão implica numa despesa extra com gastos elevados, perfeitamente evitável com uma reciclagem do fluxograma da documentação que instrui o requerimento.

Esperamos que a interveniência desta nobre Casa possa sensibilizar a Diretoria Geral do DETRAN para a necessidade de racionalizar essa operação em favor dos requerentes-contribuintes do Município de Quedas do Iguaçu, facilitando-lhes a obtenção das Carteiras de Motorista no que inclua a economia proposta.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação ao Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido de desenvolver estudos visando à criação do ensino de segundo grau junto à Escola Estadual Lysimaco Ferreira da Costa - Ensino de primeiro grau- no município de Paranapoema.

A comunidade reivindica a implantação do segundo grau, tendo em vista que parte dos jovens que lá residem, são obrigados a se deslocarem a grandes distâncias para frequentarem um curso, após o término do primeiro grau; muitos outros escolares, por motivos vários, aí interrompem seus estudos.

Pelo motivo exposto, acatando à solicitação da Direção da Escola, bem como da comunidade do referido município, que esta Pasta determine a imediata avaliação, quanto à possibilidade de implantação de tal ensino, concretizando, assim, uma importante e justa aspiração das famílias de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente das Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, solicitando-lhe estudos para viabilizar a instalação de uma Rede Telefônica no distrito de Mariza, no município de

São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado baseando-se nas reivindicações da população daquele Distrito, tendo em vista a necessidade da instalação de telefones particulares, uma vez que a localidade só conta com o PS, o que vem trazendo uma série de dificuldades para os moradores, especialmente nos casos de emergências em que qualquer tipo de comunicação é indispensável.

Por tratar-se seguramente, de uma justa reivindicação, e por entender que a instalação de uma rede telefônica beneficiará em muito um distrito que possui estrutura, população e condições econômicas suficientes para tal, espera-se por parte dessa Companhia, o pronto atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de recursos financeiros, para pagamento das ajudas de custo aos alunos bolsistas do Curso de Formação de Escrivães da Polícia Civil, recentemente concursados.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como escopo, solicitar do Senhor Secretário, o pagamento das ajudas de custo aos alunos bolsistas, do curso de Formação de Escrivães da Polícia Civil, recentemente concursados, e os mesmos não possuem recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas oriundas do treinamento, em face da maioria residir no interior do Estado, esperamos com isso contar com o beneplácito do Senhor Secretário.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Engenheiro Osmar Fernandes Dias, solicitando a viabilização de instalação de uma vaca mecânica, no Município de Umuarama.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, e ao digníssimo Presidente da Câmara de Vereadores, bem como, aos digníssimos Se-

nhores Antônio Pedroso e João Francisco Ribeiro, representantes da comunidade do Distrito de Santa Elisa, do município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, e ao excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, reivindicando a urgente pavimentação asfáltica, ligando a Placa Icaraíma passando por Santa Elisa até a sede do município de Icaraíma.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidentes das Câmaras de Vereadores de Icaraíma e de Umuarama, bem como, aos Digníssimos Senhores Antônio Pedroso e João Frausino Ribeiro representantes da comunidade de Santa Elisa, distrito de Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento do referido trecho de estrada é uma reivindicação da comunidade de Santa Elisa e dos comerciantes, lavradores e agricultores, visando a obtenção de melhores condições de tráfego, para passageiros e escoamento da safra agrícola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Antônio Acyr Breda, DD. Secretário de Estado da Justiça, solicitando a implantação do Programa "Pro-Egresso" em Pato Branco, quanto antes possível.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O Programa "Pro-Egresso" da SEJU, tem como finalidade primordial a reassociação dos condenados na órbita criminal. Pato Branco e região possui apenados de sobra para fazer funcionar o programa.

O Estado por seu turno não arca com quase nada; apenas com algumas bolsas de estudos em prol dos universitários que irão trabalhar no programa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Noronha - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura policial equipada com xadrez e rádio, para a quinta Sub-Divisão Policial, sediada em Pato Branco, neste Estado.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como objetivo de solicitar mais viatura policial, para a quinta SDP, no sentido de melhorar o policiamento preventivo na Cidade, em face da mesma ser polo microrregional e recebendo por dia milhares de pessoas de outras regiões.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR Professor Evaldo Podolan, no sentido de que seja autorizada a construção de muro de arrimo e calçada ao redor do terreno onde se encontra locado o prédio da Escola Estadual Branca da Motta Fernandes, em Maringá.

O bairro onde se localiza o estabelecimento de ensino apresenta elevada densidade populacional, cujos moradores vêm reclamando insistentemente contra as condições em que se encontram muro e calçadas ao redor da Escola, o que vem gerando-lhes inúmeros problemas.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) JOSÉ ALVES

#### CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

OF.N. 324/87

Maringá, 02 de abril de 1987.

Senhor Deputado:

Cumprindo ao requerimento formalizado pelo Vereador Ricardo A. Balestra, deferido pela mesa, em Sessão Ordinária efetivada no dia 31 de março do corrente ano, solicitamos a especial fineza de Vossa Excelência no sentido de desenvolver amplas gestões em favor da construção de muro de arrimo e calçada ao redor do terreno onde se encontra locado o prédio da Escola Estadual "Branca da Motta Fernandes", em resguardo às constantes reclamações recebidas daquele corpo docente, bem assim dos senhores munícipes, já que o bairro onde se localiza o estabelecimento de ensino apresenta elevada densidade populacional e, como tal, os problemas de inúmeras ordens comprometem, ocasionalmente, o bom andamento das atividades escolares, sem

contar o aspecto estético, pois que, nas imediações, a maioria das propriedades se encontram perfeitamente adequadas à exigência desses benefícios.

Contando com a pronta intervenção de Vossa Excelência, renovamos-lhe os protestos da nossa elevada estima e maior consideração.

(aa) TERCIO HILÁRIO DE OLIVEIRA

Presidente

KAZUMI TAGUCHI

1. Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor

JOSÉ ALVES DOS SANTOS

DD. Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Paraná

CURITIBA - PR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado apelo à TELEPAR, através de seu Diretor-Presidente, no sentido de que seja instalado um Posto de Serviço (PS), no distrito de São Roque, município de Peabiru.

Tal pretensão justifica-se plenamente pelo fato daquele Distrito constituir populosa célula da região e não possuir serviço de comunicação adequado aos seus moradores.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo sob o título "Enquanto não visto a toga" do colunista José Wanderley Dias, publicado na edição do dia 29 de abril do corrente no Jornal a Gazeta do Povo, bem como se dê ciência ao articulista do teor deste requerimento, homenageia-se também ao Excelentíssimo Senhor Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do documento "Compromisso de Ouro Preto" no qual os Presidentes de Assembleias Legislativas assumem como compromisso comum de luta as propostas ali enunciadas, bem como, que se encaminhe ofício a cada um dos signatários desse documento congratulando-se com a posição assumida.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

PROJETO DE LEI N. 052/87

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada de Escola Professora Tomires Moreira de Carvalho, a Unidade Polo do Jardim Alvorada, do município de Maringá - Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

1 - A Unidade Polo, do Jardim Alvorada, situada no Município e Comarca de Maringá, ainda não possui denominação.

2 - A sugestão do nome da Professora Tomires Moreira de Carvalho, prende-se ao fato de, além de ser pioneira em Maringá foi grande mestra, com larga folha de serviços prestados ao Município, na área da educação, mais precisamente, na qualidade de professora primária, colaborando com a alfabetização de centenas e milhares de alunos que tiveram nela como a melhor das educandas.

3 - A indicação de seu nome para denominação da referida Escola também poderia ser classificada como uma homenagem póstuma, em atenção às reivindicações do Núcleo Regional de Maringá, Inspeção Estadual de Educação de Maringá, da Câmara Municipal de Maringá, através de seu Vereador Antenor Sanches, que teve seu requerimento aprovado em sessão de 21 do corrente mês. Anexo: Ofício n. 399/87, de 22.04.87, subscrito pela Câmara Municipal de Maringá, mais uma matéria publicada pelo Jornal local "O Diário", que trata da vida e obra da Professora Tomires Moreira de Carvalho.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Of.n. 399/87

Maringá, 22 de abril de 1987.

Senhor Deputado.

Em observância ao requerimento de autoria do Vereador Antenor Sanches, deferido pela Mesa, em Sessão Ordinária do último dia 21, solicitamos a apresentação de um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, dando o nome da saudosa professora Tomires Moreira de Carvalho à Escola Novo Jardim Alvorada, ou à Unidade Polo, do mesmo bairro, pois ambas as escolas não têm denominação.

A professora, além de grande mestra, com larga folha de serviços prestados em nossa cidade, é pioneira de Maringá e como comprova matéria anexa, Tomires, a amiga de todos nós, merece essa homenagem, tendo



o seu nome perpetuado em um dos estabelecimentos de ensino de nossa cidade.

Certos de sua atenção e pronto atendimento, manifestamos-lhe a expressão maior de estima, apreço e alta consideração.

(aa) TERCIO HILÁRIO DE OLIVEIRA

Presidente

KAZUMI TAGUCHI

1. Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor

LINDOLFO LUIZ SILVA JÚNIOR

Digníssimo Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CURITIBA - PR

#### TOMIRES, A AMIGA DE TODOS NÓS

Quando um amigo se vai o mínimo que aqueles com quem conviveu e para quem tantos benefícios prestou, quer com exemplos de conduta de vida, é tornar público um pouco de sua vida.

Tomires Moreira de Carvalho, professora primária consciente de sua missão, mais que profissão, chegou a Maringá, vinda de Minas Gerais, para deixar no meio onde viveu - o Magistério - um exemplo de coerência, de dedicação e de amor ao trabalho que desenvolveu. E deste, nós, seus amigos do Núcleo Regional de Educação e Inspeção Estadual de Educação de Maringá, podemos falar.

Sempre cordial, pronta para resolver os problemas que se lhe apresentavam. "Dona Tomires", (assim, nós a chamávamos) sempre foi o "fio-terra", a quem nos dirigíamos para as decisões finais. Condizente com os princípios legais sempre fez de seu trabalho um exemplo a ser seguido e imitado. Formação cristã, sempre teve atitudes na vida real que deixaram transparente a sua fé. A dedicação fez com que, mesmo tendo o tempo para aposentar-se deu-nos o prazer de sua companhia amiga e da profissional competente por muitos anos além.

E como faz falta... E como vai fazer falta... Mas as suas contribuições - nós que as desfrutamos, nós que as conhecemos - nunca as esqueceremos.

É da mineira de Divisa Nova, nascida em 1921, o livro "Vivo e Aprendo", tendo como co-autores Benedito Moreira de Carvalho e Nilsa Alves de Melo, editado pela FTD em 1974.

É desta mineira do Colégio "Sagrado Coração de Jesus" de Alfenas que nós, seus amigos e colegas de trabalho, tivemos o seu carinho nas bolachinhas de nata nos intervalos dos mutirões do início deste Núcleo Regional, das lembrancinhas confeccionadas pelas talentosas mãos, uma a uma, oferecidas por ocasião de sua aposentadoria. Foi com ela que começou e por aí é que possegüimos até hoje, tentando sempre aperfeiçoar o trabalho, a fim de que possamos sempre honrá-la.

Por sua vida exemplar, por sua dedicação à família, à profissão, aos amigos e a Deus é que agradecemos o privilégio de seu convívio.

Foram anos e anos na Inspeção e no Núcleo Regional de Educação de Maringá.

Tomires, temos a certeza de que o caminho que percorreu aqui na terra só poderá conduzi-la rumo à estrela que brilha num local tão longínquo, tão afastado de nós, mas tão junto do Pai. Cremos que Ele fará com que a sua estrela brilhe com uma luz tão resplandecente, dando-lhe toda a paz que tanto fez por merecer.

Deixamos aqui registrada a alegria de tê-la no maior número de horas de seus dias junto a nós e a nossa saudade pela ausência, que, embora eterna, não conseguirá apagar a grata lembrança que guardaremos de você, "Dona Tomires".

Homenagem do Núcleo Regional de Educação de Maringá.

#### TOMIRES:

Você partiu, querida irmã. Deixou-nos assim, a recordar com carinho perene sua passagem e a caminhada que percorreu conosco.

Quantos anos de amizade! Quantas recordações edificantes e inesquecíveis! Amiga e irmã, como poderemos esquecer? Nunca. Nem desejamos tal esquecimento, pois sua lembrança traz vida.

Muitas vezes, buscamos a fortaleza do seu espírito superior, esclarecido e firme.

Digna como sempre, você permaneceu durante o longo tempo da sua doença. Nem uma palavra de queixa ou de reclamação que envolvesse quem quer que fosse, até o fim. Você seguiu sempre as pegadas do Mestre Jesus, Tomires: a caridade nos gestos, atos e palavras.

Maringá ficará impregnada da sua passagem. O Grupo Escolar Dr. Osvaldo Cruz, a Inspeção Regional de Ensino, toda a grande reunião que se beneficiou do seu grande amor e capacidade de trabalho.

Ficamos felizes em ter a certeza de que está colhendo o que semeou neste nosso mundo. Você já estava preparada para deixá-lo. Sua missão foi cumprida com amor e fidelidade.

Nós ficaremos e manteremos guardada a lembrança da amiga que fez da profissão um hino de louvor e da vida uma doação constante.

Que esta saudade profunda que nossa alma já sente de você seja o canal que continuará a nossa comunicação. Agora é até mais fácil, Tomires, pois você está numa plataforma superior à nossa.

Bem-vinda, sempre!

De você ficam a saudade e a esperança do feliz reencontro.

De todos nós que a amamos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, inscrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras, Senhores Colegas Parlamentares desta Casa, demais ouvintes e presentes, a minha saudação, a minha satisfação em usar este expediente de hoje, para dar algumas explicações com referência às dúvidas que foram levantadas, na tarde de ontem, sobre o pronunciamento que fiz a respeito das demissões na ACARPA e na Secretaria da Agricultura.

Para quem não conhece muito bem esta Casa, talvez tenha tido a impressão, de que este parlamentar estava faltando com a verdade. É por essa razão que eu vim aqui para reafirmar pontos importantes por mim denunciados no dia de ontem, e que alguns companheiros parlamentares não reconheceram.

O que falei aqui, e que é verdade, é que houve a indicação dos Prefeitos para influenciar nas demissões de funcionários da ACARPA e também na transferência de trabalhadores da ACARPA.

Isso que eu falei é verdade, e esse fato eu exemplifiquei citando o Sudoeste do Paraná, onde no dia 10 de abril de 1987, em Francisco Beltrão, numa reunião da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, os Prefeitos discutiram a atuação da ACARPA e de seus funcionários na Região. E já que houve alguns Deputados que exigiram nomes, então eu vou tomar a liberdade para dizer alguns nomes. O Prefeito de Francisco Beltrão, o Prefeito de Santo Antonio do Sudoeste e o Prefeito de Barracão são os que pediram mudanças e os que pediram a cabeça de alguns funcionários e até do próprio trabalho da ACARPA.

Houve alguns Prefeitos que manifestaram outra opinião, como eu falei no dia de ontem, como o Prefeito de Nova Prata do Iguaçu, o Prefeito de Realeza e o Prefeito de Pranchita. Esses não concordaram com os critérios que foram discutidos e aprovados, os quais levaram certamente o Secretário da Agricultura a concluir que deveria demitir por esses critérios.

Gostaria de dizer mais. Ontem também falei nesta Casa que esses mesmos Prefeitos que estavam pedindo a cabeça, que influenciaram usando um critério com o qual nós não concordamos, pois não concordamos com comando político, com reforma arbitrária. Nós só concordamos com demissões fundamentadas em inquérito Administrativo. Quando então se conclui que o trabalhador está sendo ineficiente, não está servindo à comunidade, então aí sim se demite.

Então, não falei para acusar, mas apresentei o fato de que esses mesmos Pre-

feitos estiveram num almoço com integrantes da UDR. Houve, então alguns Parlamentares que questionaram tal afirmação. Realmente não foi um jantar como eu falei; foi num almoço no Parque de Exposições de Francisco Beltrão que ocorreu esse fato. Inclusive para não gerar mais desconfiança, eu tenho aqui uma série de fotografias, fotos nas quais podem ser vistos intercalados, Prefeitos da região, o Presidente do PMDB de Francisco Beltrão, Ronaldo Caiado, Nelson Meurer e outros integrantes ligados à UDR daquela região.

Portanto, não estamos faltando com a verdade, estamos provando aquilo que nós falamos. Meu muito obrigado, Senhor Presidente e muito obrigado nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao segundo Orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir a palavra do nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, quando se refere a episódios ocorridos no Sudoeste do Paraná, em que acusa lideranças do PMDB, Prefeitos, de terem almoçado (hoje já não é mais um jantar, hoje é um almoço) com a entidade mais retrógrada, a entidade mais conservadora e mais estúpida nas propostas políticas destes tempos novos de Brasil. Mostrou uma fotografia à qual não tivemos acesso.

Acontece que, inegavelmente, a UDR almoçou no Parque de Exposição de Francisco Beltrão, e o restaurante do Parque é público, e lá também almoçaram vários Prefeitos da nossa região e outras lideranças, e inclusive o Dr. Kid Abdalla, que é o representante da UDR no Sudoeste do Paraná, este mesmo Dr. Kid Abdalla que andou abraçado com a liderança do PT na manifestação do protesto dos agricultores do dia 12 de março passado. Naquela manifestação, quando os conservadores, os reacionários queriam questionar a "Nova República", o PT, oportunisticamente, no Sudoeste, renunciando a sua filosofia, abrindo mão da sua coerência, vai e se associa à UDR numa manifestação em Dois Vizinhos, junto com outros Partidos na Oposição aqui e no Governo lá em Brasília.

Questionei o Deputado Pedro Tonelli, sim, e tenho aqui o telex de alguns Prefeitos do Sudoeste, de Prefeitos cujos municípios represento nesta Casa, com o seguinte teor:

"Tomando conhecimento das acusações feitas pelo Deputado Pedro Tonelli - do PT, em data de 28 de abril de 87, quando da tribuna da Assembléia criticou os prefeitos do Sudoeste por terem jantado com

membros da UDR, em Francisco Beltrão, por ocasião da XII EXPOBEL, vimos à presença de Vossa Excelência solicitar o seguinte:

1. Que também na tribuna e em nome dos Prefeitos de Dois Vizinhos, São Jorge do Oeste, Verê, Quedas do Iguaçu e Salto do Lontra - Salto do Lontra falo por delegação do Prefeito - seja desmentido o Deputado Pedro Tonelli, uma vez que nós não jantamos e nem tomamos conhecimento deste jantar em Francisco Beltrão, com membros da UDR.

2. Que seja orientado o Deputado Pedro Tonelli sobre a sua real função como Deputado Estadual, dizendo-lhe que o povo o elegeu para que o mesmo defendesse os interesses do povo sudoestino e não para que, despreparadamente, usasse a tribuna para falar mentiras e levantar questões tão primárias como as proferidas na sessão do dia 28 de abril.

Sendo o que se apresenta e esperando o habitual pronto atendimento por parte de Vossa Excelência, reiteramos protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente. (aa): Olindo Pedro Pagnoncelli, Prefeito de Dois Vizinhos, em exercício; Egídio Veronese, Prefeito de São Jorge do Oeste; José Fedrigo, Prefeito de Verê; Rudy Schaedler, Prefeito de Quedas do Iguaçu.

E tem mais um telegrama do Prefeito de Verê, refutando as acusações do Deputado Pedro Tonelli: "Informo que jamais estive jantando ou mantive contato com membros da UDR - nacionais ou regionais - e de acordo com os meus princípios jamais poderei apoiar esta organização".

Saudações. José Fedrigo, Prefeito de Verê.

Portanto, fica registrada a explicação e fica registrada a minha cobrança da associação inconseqüente de um partido com as forças mais reacionárias deste País, que combatem a reforma agrária, o avanço e a justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Com muito prazer acompanhamos pela imprensa local e de todo o Brasil o que parecia quase impossível acontecer. Segundo manchete do jornal "O Estado do Paraná", o Presidente José Sarney oficializou a "Ferrovia da Produção". Ora, todos nós temos conhecimento de que o Presidente da República não tinha interesse em construir, em oficializar, desde já, a "Ferrovia da Produção".

A Ferrovia Norte - Sul, ligando nada a coisa nenhuma, era o interesse primeiro e principal de Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

O Ministro dos Transportes, quando visitou Curitiba, logo que chegou, também deixou-nos entender que não era propósito do Ministério dos Transportes construir a "Ferrovia da Produção".

Entretanto, após uma audiência com o Governador Álvaro Dias, o Governador chamado até de "Príncipe" e acreditamos até que o seja, por sua postura enérgica, coerente, digna, de caráter, que realmente nos parece a conduta e a postura de um príncipe, após esta audiência, em outras entrevistas, o Sr. Ministro já foi tratando de mudar o seu palavreado, porque encontrou firmeza no Governador Álvaro Dias, um homem com capacidade para defender os interesses do nosso Estado.

Não poderíamos deixar de nos manifestar, quando o Presidente da República oficializa esta ferrovia, que vai trazer progresso para o nosso Estado, trazer recursos que serão deixados e gastos aqui no nosso Estado e que vai ligar o Paraná a Mato Grosso do Sul, ao Norte de Santa Catarina e talvez ao Paraguai.

Temos tido oportunidade de assistir a muitos Parlamentares tecerem críticas injustas, na maioria das vezes, ao Governador Álvaro Dias. Mas estes mesmos Parlamentares deveriam ter a dignidade de elogiar também as condutas do Governador do Estado, quando ele consegue, com firmeza, com denodo, mudar uma atitude do Presidente da República, que talvez no momento não tinha interesse em oficializar a construção desta ferrovia, que vai beneficiar a todos.

Portanto, Governador Álvaro Dias, receba deste Parlamentar os mais sinceros votos de congratulações pela sua postura enérgica, fazendo com que o Governo Federal, agora sim, e quiçá sempre, daqui para a frente, venha a olhar o nosso Estado com o carinho que ele merece. Porque, conduzindo este mesmo Estado, temos hoje um homem de fibra, um homem de força, um homem que todos respeitamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais integrantes desta Casa.

O principal motivo de usarmos hoje esta tribuna, é para fazer justiça.

Em nosso recente pronunciamento a respeito de transferência da sede regional do

BANESTADO de Jacarezinho para Santo Antônio da Platina, esquecemos, realmente, de fazer justiça ao trabalho do grande parlamentar Luiz Antônio Setti.

E quando dissemos, na oportunidade, que havia falta de interesse dos Deputados daquela região, é porque temos certeza, e sabemos que em Jacarezinho, foram votados muitos candidatos que hoje estão aqui na Assembléia.

Por isso, o nosso desejo de manifestar, de público, que temos conhecimento que o Deputado Luiz Antônio Setti, muito antes do nosso pronunciamento, já havia procurado o Governador Álvaro Dias, para solucionar o problema desta transferência.

Mas, continuamos com o nosso ponto de vista. Santo Antônio da Platina merece toda a atenção, mas de Jacarezinho não pode ser tirado esse direito de manter a Regional do Banco do Estado.

Agora, gostaríamos de parabenizar, também, o Deputado Artagão Mattos Leão, quando defende as coisas boas do Paraná. É para isso que os Parlamentares estão aqui.

Mas, deixo de público, uma cobrança a todos os Parlamentares paranaenses. Estamos para perder uma grande parcela de influência na esfera federal. Há necessidade de que se imanam todos os políticos do Paraná para que o Paraná tenha, realmente, uma posição de destaque no cenário nacional. Paranaenses e Parlamentares paranaenses, a luta é agora!

Não deixemos que interesses estranhos ao Paraná nos tirem aquilo que o Paraná tem direito! Lutem pelo Paraná, que é a hora do Paraná!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho, inscrito.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje, a Bolsa de Mercadorias do Paraná realiza o seu primeiro leilão de suínos vivos. E, nesse mesmo dia, queremos registrar, nesta Casa, que se concretiza uma reivindicação de longo tempo, feita a nós, Deputados, que representamos uma região deste setor tão importante para uma grande parte do minifúndio que sobrevive da suinocultura, tanto no Sudoeste como no Oeste paranaense.

Fizemos aqui um requerimento para que o Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias, fizesse todo o empenho para que, no menor espaço de tempo, a bolsa de mercadorias coordenasse a classificação de suínos vivos lá no Sudoeste, no Oeste e em todo o Estado, e fizesse realizar esse leilão que hoje se realiza, dando assim, resposta, pelo menos em parte, aos proble-

mas vividos pelo suinocultor e às dificuldades pelas quais tem passado.

Este leilão vem resolver, vem pelo menos amenizar, em parte, a situação, tirando aquela figura do intermediário, que compra o suíno a um preço baixíssimo, e termina vendendo nos balcões dos açougues a um preço alto ao nosso consumidor.

Então, está aí a figura do Estado, numa postura de muita responsabilidade com este setor que sobrevive com tanta dificuldade, que é o minifúndio na suinocultura, suinocultura esta que tanta riqueza traz ao Estado, tanto ICM traz ao Estado, e que deve ser respeitada.

Esse é o primeiro passo que o Governo do Estado, que a Secretaria da Agricultura, que a CLASPAR e a bolsa de mercadorias dão em favor da sofrida suinocultura do Sudoeste paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. visitantes.

Estamos de Ministro novo, Ministro da Fazenda. Até então eu tinha minhas dúvidas sobre o poder de mando do nosso Presidente da República, já que na Aliança Democrática se notava que o PFL tinha uma fraca fatia do poder.

Nessa escolha do Ministro da Fazenda, Srs. Deputados, o Presidente da República escolhera o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, mas interpelado por Ulysses Guimarães e outros grandes homens do PMDB voltou atrás, e a pedido do Governador Orestes Quêrcia e de Ulysses Guimarães foi então escolhido para Ministro da Fazenda, o Sr. Luiz Carlos Bresser Pereira.

Srs. Deputados, é por razões como essa que eu acho que essa aliança nunca deu certo, que essa aliança é toda ela controlada pelo PMDB.

Vejo que o nosso Presidente da República não está tendo, Srs. Deputados, aquela voz ativa, e é por isso que em breve o PDT e os demais partidos da Oposição, e creio que até parte do PMDB pedirá eleições diretas para Presidente de nosso País, porque a situação tem que mudar, o Presidente tem que ser um homem de punho firme, deve ser um homem que mande neste País. Eu, por exemplo, com mais de 40 anos, nunca votei para Presidente da República, nunca tive o prazer de dar o meu voto a um Presidente da República, voto direto.

Portanto, o PDT e os demais Partidos de Oposição, iremos brigar, claro, no bom sentido, para que tenhamos as diretas, talvez até antes de 1988.

Seja bem-vindo, Sr. Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, mas não siga os caminhos de Funaro, um Ministro que já se foi, e muitos brasileiros deram graças por isso, pela saída do Ministro da Fazenda, desse homem que foi um grande artista. Eu creio que Ministro nenhum conseguiu fazer o que ele fez: desestabilizar a política econômica brasileira, e provocar a decadência da nossa agricultura.

Eu, como agricultor, também fui atingido por esse Ministro, pois tenho minha propriedade dedicada à cafeicultura, e ela está hoje dando prejuízo. Há tantos outros agricultores que perderam sua propriedade, ou que estão enterrados no BANESTADO ou em outro banco, devendo aquilo que não tem.

Esse Ministro que causou uma defasagem no salário dos professores, dos bancários, de toda a classe trabalhadora; esse Ministro que foi um artista, quando dizia que a inflação zero jamais subiria, para depois vermos que seu Plano Cruzado II causou uma inflação recorde, de 20%, decretando a falência dos microempresários.

Então, o Ministro Funaro, que deixou seu cargo, nenhuma saudade deixa para 130 milhões de brasileiros.

Esperamos que esse novo Ministro não siga os passos do Ministro Funaro, do PMDB, que tenha novas idéias, para que o nosso País pelo menos não seja chamado de caloteiro pelo resto do mundo.

Há países que já colocaram a dívida do Brasil como perdida, dizendo "este País é caloteiro, não paga ninguém". Que vergonha para a Nação brasileira, que vergonha para uma nação de homens corretos, trabalhadores, que vergonha para uma nação que não tem terremoto, que vergonha para uma nação que não tem guerra, que tem terras férteis e clima adequado. Está faltando o quê? Homens para administrar este País, porque tudo o mais nos é favorável.

Portanto, louvo a idéia, ao lado de 130 milhões de brasileiros, da saída de Funaro, mas espero que o novo Ministro siga outra jornada, e não a jornada do Ministro que sai, que ele foi o Ministro que envergonhou o nosso País, que nos trouxe o nome de caloteiro em todo o mundo. Isto é feio para um brasileiro, isto é horrível para nós, habitantes desta terra tão querida.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

No Pequeno Expediente ainda, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Neste Parlamento, até parece que os banqueiros internacionais têm um represen-

tante a defendê-los.

Ouvindo as palavras do ilustre Deputado de Maringá, realmente me convenci de que muita gente, inutilmente, prega pelas ruas uma postura, e vem para cá fazendo exatamente o contrário.

Nos programas sertanejos lá em Maringá, onde o Deputado sempre leva a sua mensagem, ele sempre prega um Brasil para os brasileiros, um agricultor mais forte, um lavrador mais protegido pelo Estado.

No entanto, aqui dentro do Parlamento, ele vem defender os banqueiros internacionais, ao criticar a postura patriótica assumida pelo Ministro Funaro, quando ele disse que não iria pagar a dívida externa da maneira como os banqueiros internacionais queriam.

E foi para o sacrifício do seu próprio cargo, fazendo a moratória unilateral, que foi defendida no passado, e é defendida hoje por aqueles que querem realmente a soberania nacional implantada neste País.

Não podemos admitir, ilustre Deputado, com todo o respeito que temos por Vossa Excelência, que o senhor venha aqui dizer que o Ministro Funaro apresentou a imagem de um País caloteiro, lá fora.

Eu quero dizer que caloteiros são aqueles que fizeram uma dívida de cento e vinte bilhões de dólares; caloteiros são aqueles que roubaram o dinheiro deste País e depositaram nos bancos da Suíça; caloteiros são aqueles que, contra o povo brasileiro, "inventaram" as polonetas; caloteiros são aqueles que matam de fome milhares e milhares de trabalhadores deste País; caloteiros são aqueles, ilustre Deputado, que usaram o poder por mais de vinte anos, à base da força da metralhadora, da baioneta, apenas para atender interesses das multinacionais e do capital estrangeiro; aqueles que vêm, em nome da soberania nacional, aqueles que vêm em nome do Brasil, não são caloteiros, são os verdadeiros patriotas.

Se Vossa Excelência assim pensa, está se comportando a favor dos estrangeiros e do capitalismo internacional.

Não me parece que Vossa Excelência seja um agente do capitalismo internacional, se bem que isso é possível diante da força que tem o capitalismo, pois ele poderia tê-lo colocado aqui, despietadamente. Nós queremos um Brasil forte, nós queremos um povo forte, um povo que não precise viver de joelhos, que não precise viver lambendo os sapatos de diretores de bancos da "Wall Street", nós queremos um Brasil, onde os brasileiros realmente tenham o direito de escolher o seu destino. A dívida foi criada, nobre Deputado, pelos antecessores da Nova República os quais Vossa Excelência andava e vive defendendo, ainda, pelos quatro cantos do Paraná.

Não foi a Nova República que fez cento e vinte bilhões de dólares de dívida, foi gente que Vossa Excelência está aqui defendendo que levou o País a esta situação de insolvência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os professores de Curitiba foram trazidos a este Parlamento para aqui se fazer uma manifestação que me pareceu uma manifestação demagógica, uma demagogia feita em cima das necessidades dos professores. Esqueceram aqueles que trouxeram os professores para cá de que se hoje nós temos uma Prefeitura praticamente insolvente, se nós temos as finanças da Prefeitura comprometidas...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - comprometidas, é porque os governos do passado e, mais diretamente, os companheiros dos Deputados Rafael Greca e Algaci Túlio, os Senhores Saul Raiz e Jaime Lerner, endividaram o Município de Curitiba, em mais de oitenta milhões de dólares. Esses professores que hoje aqui vieram, convidados pelos Deputados Algaci Túlio e Rafael Greca, no entanto nunca foram convidados para usufruírem o vapor e o calor da sauna de Jayne Lerner e de Rafael Greca. Os professores foram convidados para virem aqui, mas à sauna nunca foram convidados.

Foram convidados, isso sim para vir aqui, para vaiar o PMDB e no entanto, estes que hoje estão vaiando o PMDB, como o Deputado Rafael Greca e outros, estavam aplaudindo a polícia quando prendia e batia em professores aqui no Centro Cívico.

Terminando, Senhor Presidente, eu quero dizer aqui aquilo que afirmei hoje de manhã ou seja, que o Deputado Antônio Belinati, teve oportunidade de pagar o salário que ele está reivindicando para Curitiba, quando foi Prefeito de Londrina. O PT tem oportunidade de pagar em Fortaleza o salário que ele reivindica por aqui.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulino José Delazeri.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Sabino Campos, que é o próximo orador inscrito.

Com a palavra o Senhor Deputado Sabino Campos, por trinta minutos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece ironia, mas é a pura realidade. O ilustre representante do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, veio à tribuna na sessão de ontem para tomar o partido dos não trabalhadores.

O Deputado Pedro Tonelli, ao se pronunciar contra as demissões na ACARPA, apoiou seu raciocínio numa nota de jornal, sem verificar - em profundidade - os fatos como realmente ocorreram, e sem ao menos buscar nos órgãos competentes a outra versão. Uma prática no mínimo precipitada e imprudente.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com base nesta posição facciosa, o nobre Deputado Pedro Tonelli criticou violentamente a Reforma Administrativa do Governo Álvaro Dias, chegando o Deputado a afirmar que as demissões são sem qualquer critério e que os motivos para a dispensa de funcionários são de ordem estritamente político-partidária. O ilustre Deputado ainda foi categórico ao dizer que as demissões são injustas, inclusive as da ACARPA, e que está ocorrendo no Estado uma verdadeira "caça às bruxas".

Esqueceu-se o representante do PT, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de que o Governo Álvaro Dias adotou uma prática muito clara e divulgada amplamente. Posição baseada numa trilogia tão elementar e tão prática que, por isso mesmo, se torna difícil de ser entendida pelos que não têm boa vontade.

Trabalho, seriedade e competência. Eis os três pontos que sustentam a filosofia de Governo. Eis os critérios para demissões daqueles que não trabalham, que utilizam os órgãos públicos para benefício próprio, inclusive utilizando os carros da organização para cuidarem das suas propriedades, principalmente no Sudoeste do Estado do Paraná.

É com base nesta política, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ocorre-me comunicar a este Augusto Plenário alguns pontos estabelecedores da verdade com relação às demissões ocorridas na ACARPA. E muito me preocupa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Secretaria da Agricultura, através das suas empresas, demitiu até o momento mais de quinhentos funcionários, e só agora, quando demitiu no Sudoeste, foram levantadas vozes nesta Assembléia para defender os interesses do Partido dos não trabalhadores.

As atitudes tomadas pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento o foram com base em sindicâncias efetuadas por funcionários da própria ACARPA, por quatro funcionários designados pelo Presidente da ACARPA e por recomendação, em despacho do próprio Presidente da ACARPA.

O Secretário da Agricultura apenas deu continuidade normal aos procedimentos re-



comendados pela Comissão; portanto, não se configura no caso qualquer ato arbitrário como quis fazer crer o Deputado Pedro Tonelli. Muito pelo contrário, a Comissão de Sindicância, cujos processos estão à disposição na Secretaria da Agricultura, consultou os agricultores, as lideranças locais, os próprios funcionários, e comprovou graves irregularidades na prática dos técnicos demitidos ou transferidos, recomendando assim as medidas a serem tomadas pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento. O procedimento, portanto, foi bastante democrático.

Aos funcionários demitidos foi oferecida, em primeira instância, a oportunidade de serem transferidos. Não aceitaram. De forma geral, estavam presos a assuntos e negócios particulares, fora de sua prestação de serviços oficiais, na condição de extensionistas da ACARPA, e por uso indevido de veículos da Empresa no atendimento de problemas particulares. O que os assustou foi a aterradora possibilidade de terem que trabalhar, exercitando a função para a qual foram contratados e para o que eram pagos com dinheiro do Tesouro Estadual, Federal e também dos Municípios, e que, afinal de contas, tem origem no próprio meio rural que o Deputado Pedro Tonelli tanto defende.

E o que é mais grave ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Comissão de Sindicância procedeu uma pesquisa junto aos produtores rurais do Sudoeste, e chegou à terrível conclusão de que 97% dos agricultores consultados não perderiam nada com o fechamento dos Escritórios da ACARPA; e mais ainda, Senhores Deputados, os próprios técnicos que foram demitidos, admitiam em seus relatos à Comissão de Sindicância, que não tinham qualquer interesse de contribuir para o programa do atual Governo.

O que quer, então, o ilustre Deputado Pedro Tonelli? Manter no Estado funcionários ociosos, "fantasmas", e mesmo corruptos?

O que quer o Deputado Pedro Tonelli? Sustentar uma máquina administrativa inchada de funcionários incompetentes, que não trabalham e que só oneram o contribuinte?

Na verdade, o Deputado do PT, na sua ânsia de fazer oposição, incorre numa grave contradição, pois é obrigado, pela posição do seu Partido, a defender os não trabalhadores, porque não pode apoiar uma atitude correta do Governo do PMDB, a Reforma Administrativa! É a famosa oposição pela oposição, prática nefasta que nada constrói!

Senhor Presidente e Senhores Deputados, como se não bastasse criticar sem qualquer fundamento a Reforma Administra-

tiva, o Deputado Pedro Tonelli teve a ousadia de propor mecanismos para torpedeá-la, com a demissão de funcionários somente através de inquéritos que seriam levados, ao correr do tempo, como disse Funaro, de tal forma que, para demitir um funcionário do seu Ministério, levará dez meses. É isso que nos parece que quer o Deputado do PT, ou seja, que nada se modifique e que nada se transforme, que nada avance, neste Estado, quer que o Governo Álvaro Dias passe todo o seu mandato enroscado em trâmites burocráticos, sem condições de implantar a Reforma; quer que o Governo Álvaro Dias proteja aqueles funcionários que usaram o carro da ACARPA na campanha política de 1986, quer que proteja funcionários da ACARPA que usaram os carros do órgão para cuidar das suas propriedades rurais, quer proteger funcionários que nem compareciam ao serviço, quer proteger os funcionários demitidos da Secretaria da Agricultura que, há mais de seis meses não trabalhavam na Secretaria!

Portanto, nobre Deputado, veja realmente as coisas, não diga que não sabia, não vá atrás de notícias de jornais sem ver a realidade, não acuse o Governo sério e competente do PMDB, não acuse a pessoa séria, que nós conhecemos há muitos anos, de Osmar Dias, porque ele sempre fez e tomou as suas decisões em cima de fatos concretos, em cima de sindicâncias, e isso ele fez, e fará, e muitas demissões mais serão feitas.

Preocupa-me, nobre Deputado, que só no momento em que mexeram, no Sudoeste, com alguns militantes do seu partido e de outros partidos, porque inclusive companheiros nossos do PMDB foram demitidos, foi somente então que Vossa Excelência se preocupou. Não se preocupou com as mais de 500 demissões já efetuadas na CAFE DO PARANÁ e nas outras empresas ligadas à Secretaria da Agricultura e na própria Secretaria.

Sabe Vossa Excelência que só a CAFE DO PARANÁ demitiu mais de 250 funcionários neste período e na Secretaria da Agricultura o número passou de 500? Vossa Excelência devia melhor se informar, para com base em documentos, na realidade criticar homens sérios, que querem realmente fazer avançar o Paraná com trabalho e não com demagogia barata.

O discurso que se faz somente em cima do palanque, sem adotá-lo na prática, não é válido. Temos que ter políticos sérios; aquilo que falam no palanque deve ser adotado na prática. Que não venham dizer no palanque que distribuirão seus salários para os trabalhadores, para a população carente quando, na prática, não fazem nada disto. Querem dizer que seus salários são altos. O meu não é alto, não. Ganho muito



pouco para ser Deputado. Ganhava muito mais cuidando de meus negócios. Mas o que eu digo, eu faço. Não falo para a imprensa e para fazer demagogia. Falo isto para todos para, dentro de um critério sério, fazer avançar o Paraná.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante discurso que faz nesta tarde e reforçá-lo, lembrando ao ilustre Deputado Pedro Tonelli, de que fez "dobrada" na sua campanha com o candidato a Deputado Federal Klaus Germer, ex-Secretário de Agricultura deste Estado, no Governo José Richa, e por ele demitido da Secretaria de Agricultura.

Vossa Excelência ilustra muito bem a situação quando diz que o Deputado Pedro Tonelli não se preocupou com as outras demissões que estão sendo feitas através da Reforma Administrativa. Realmente não houve preocupação do ilustre Deputado. Ele está preocupado com o setor da ACARPA e da Secretaria da Agricultura.

Mas a razão é de que estes funcionários "fantasmas", que cuidavam mais dos interesses pessoais do que dos interesses do Governo e da população do Estado, foram colocados na Secretaria de Agricultura e na ACARPA, através do colega de "dobrada" do Deputado que se diz defensor dos trabalhadores, Pedro Tonelli.

Esta a razão dele vir aqui fazer as críticas à Secretaria de Agricultura. Mas gostaria de ir mais além.

O Deputado Pedro Tonelli esquece-se de que o Secretário atual de Agricultura e Abastecimento, Doutor Osmar Fernandes Dias, recuperou a CAFE DO PARANÁ, uma empresa falida neste Estado, empresa falida, empresa roubada, empresa saqueada de todas as formas. O Doutor Osmar Fernandes Dias moralizou a situação, demitiu os corruptos - como deve estar fazendo hoje em alguns outros setores com os "fantasmas" - e agora a empresa CAFE DO PARANÁ serve de modelo e exemplo de administração não só no Estado, mas no Brasil inteiro.

O Dr. Osmar Fernandes Dias, grande Secretário escolhido pelo Governador Álvaro Dias, deve ser respeitado pelo povo do Paraná e pelos Parlamentares, porque é um homem voltado ao bem comum, com espírito de trabalho, com espírito de moralidade, e está moralizando a Secretaria de Agricultura também; está atendendo às necessidades e às aspirações do povo e da agricultura do nosso Estado.

Ao deixar a Presidência da CAFE DO PARANÁ, com todo o maquinário e caminhões em condições de trabalho, operando, enfim, a empresa com todo o seu potencial, ainda deixou 100 milhões de cruzados em caixa.

É isto, ilustre Deputado Pedro Tonelli, o Governo Álvaro Dias quer moralização neste Estado, e não cabe a Vossa Excelência, vir aqui defender os "fantasmas". Vossa Excelência tem a responsabilidade de defender os homens sérios, principalmente aqueles do campo, que têm as mãos calejadas, de tanto produzir para este Estado e para este País.

Era isto que gostaria de colocar, Deputado Sabino Campos. Parabenizo Vossa Excelência por esta grande colocação feita neste instante, porque o Paraná acredita no Secretário da Agricultura, sabe da sua conduta e, da sua formação e do seu trabalho em benefício de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu passaria o aparte ao Deputado Paulino José Delazeri, depois ao Deputado Nilton Barbosa, e, após ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Pedro Tonelli - Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. SABINO CAMPOS - Vou ceder aparte a Vossa Excelência, nobre Deputado, conforme Vossa Excelência me cedeu ontem.

O Sr. Paulino Delazeri - Deputado Sabino Campos, faz-se necessário falar aqui, neste momento, para registrar que, no nosso entendimento, a Reforma Administrativa do Governador Álvaro Dias, infelizmente comete algumas poucas injustiças, principalmente no processo de demissão de funcionários. Exemplificando, e até para demonstrá-lo com uma presença física e viva aqui neste Plenário, peço a Mesa que registre a presença do Vereador de Assaí, Osíris Aparecido Manoel, funcionário da SANEPAR DE LONDRINA, um funcionário exemplar, e que, por nenhum momento, faltou ao trabalho ou com seus deveres naquela empresa.

Mas, no entanto, nobre Deputado, Vereador do PMDB, funcionário exemplar, o Vereador Osíris Aparecido Manoel, foi demitido pelo Governo Álvaro Dias, porque este deseja conter as despesas para viabilizar e canalizar esses recursos para obras tão fundamentais na área social, aqui no Paraná, e das quais a população tanto precisa.

Eu poderia aqui, Deputado Sabino Campos, apontar tantos outros companheiros nossos, do PMDB, Vereadores, membros de Diretórios, da Executiva do Partido, que têm nos procurado e estranhado que o Governo do seu Partido promova demissões nos quadros do próprio Partido.

Mas esta é só mais uma manifestação de testemunho, Deputado Sabino Campos, de que o Governo do PMDB pode estar cometendo injustiças, e nós reconhecemos algumas. Mas,

se não tomar a iniciativa e não aprofundá-las e não for muito rápido, inclusive nas suas ações administrativas, não haverá solução para os problemas do Paraná.

Mas, Deputado Sabino Campos, contra esta velha ARENA, este PDS falido e empedernido, este PDT travestido, este PFL que se recicla e sempre esteve no Poder neste País, temos o direito de "chiar", sim, nobre Deputado, porque eles não foram corajosos como foi o PMDB, que mudou a legislação partidária e eleitoral, impedindo que três meses antes e três meses depois das eleições se contrate funcionários públicos no Brasil, tanto no plano estadual como no plano municipal e no plano federal.

Eu ainda lembro uma promessa não cumprida do ex-Governador José Richa. Ele prometeu que demitiria todos os funcionários contratados pelo Governo Ney Braga nos últimos seis meses do mandato, que eram mais de 20 mil funcionários, mas atendendo aos apelos das famílias daqueles trabalhadores, o Governador José Richa não promoveu tais demissões, dos descaradamente contratados pelo ex-ditador e general, hoje na Itaipu, pertencente a uns quadros dos resquícios do PFL, que tanto infelicitaram a nação durante os vinte anos de arbítrio.

Nobre Deputado, quero registrar esse posicionamento porque se faz necessário para esclarecer a Oposição, de que o Governador Álvaro Dias tenta aprofundar uma reforma administrativa que venha ao encontro dos anseios do povo e que não tem características ideológicas e partidárias como dizem eles.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu agradeço ao Deputado Paulino José Delazeri pelo seu aparte, e gostaria de lembrá-lo que em nossa região, no Município de Cascavel foi demitido, se não me falha a memória, o Presidente do Setor Jovem do PMDB, também através da moralidade pública, através da reforma administrativa e através da retenção de despesas deste grande Governo, do qual o Paraná irá falar até os seus últimos dias, o governo Álvaro Dias.

Eu concedo aparte ao nobre Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu quero ao agradecer pelo aparte, e cumprimentar Vossa Excelência pelo belo discurso, proferido na tribuna da Casa, e lamentar que o ex-Governador José Richa talvez tenha pensado realmente em demitir e esqueceu-se de demitir funcionários "fantasmas" no seu governo. Acrescento, nobre Deputado, que estamos chegando da nossa região, e que há

dias atrás entrávamos com Requerimento nesta Casa solicitando a formação de uma Comissão Parlamentar Especial para se discutir a situação econômica dos municípios. Estamos sabendo do cansaço dos Prefeitos, que foram em massa à Brasília, enviaram cartas do Paraná, de São Paulo, e participaram de tantos movimentos municipalistas, assim como nós de tal modo que, em recente encontro em Brasília, prometeu o Presidente da República que dentro de 30 dias daria uma resposta aos municípios brasileiros. Não o fez. Hoje, na região de Maringá, todos os municípios da microrregião do Setentrião paranaense, fecharam suas portas em greve. A Amerios - Associação dos Municípios de Entre Rios - a qual tenho a satisfação e a honra de aqui representar junto com os eminentes companheiros Deputados Nelson Vasconcellos e Dirceu Manfrinato, - ao se reunir pela manhã, decidiram pela convocação de uma reunião à nível estadual para ver qual a melhor maneira de protestar. Isto porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Senhores Prefeitos não têm condições de aguentar mais 30 ou 60 dias. Aí sim nós veremos os nossos funcionários municipais, nossos servidores braçais com seus salários atrasados, e suas famílias passando fome.

Essa é uma das preocupações que nós temos, Senhores Deputados, e por isso, gostaríamos de ver terminada a ladainha do Deputado do PT, Pedro Tonelli, que quando inicia seu discurso nesta Casa, já se sabe até o seu final, porque todas as vezes que se pronuncia, pronuncia-se da mesma forma. Mas é mais fácil, Senhor Deputado, conviver com aqueles que são demitidos talvez por erros cometidos, talvez por excesso de zelo, porque a máquina tem que ser enxugada para que não sejam cometidas injustiças no futuro. Mas, evidentemente, difícil, Senhor Deputado, deve ser conviver com a Executiva Nacional do PT, que autoriza e que libera os seus Deputados a matar os futuros trabalhadores do Brasil, como foi o caso da executiva do PT, que autorizou seus Deputados a votar favoravelmente ao aborto.

É fácil conviver com aqueles que saltam bancos, mas não é fácil conviver com seus apadrinhados, com os participantes do seu Partido, quando demitidos por injustiça cometida.

O SR. SABINO CAMPOS - Ouço o aparte do nobre Deputado Nilton Barbosa e darei aparte agora ao nobre Deputado Rafael Greca e, se for possível, ao nobre Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Sabino Campos, eu não conheço bem a situação da Secretaria de Estado da Agricultura, mas

tive informações, informações ditas na cidade, de que lá se começa a trabalhar muito cedo, às 7 da manhã, e que se serve agora, por prática desse governo, lauto desjejum. Qualquer dia quero ir lá conferir, parece que a refeição conta até com ovos fritos e filé.

Agora, o que sei é que há terror na Secretaria de Estado da Agricultura, como de resto, há terror no Estado inteiro. Se o critério para demissões é o da competência e o da honestidade, todos os demitidos estão sendo tidos como incompetentes ou desonestos. E entre os demitidos do BADEP, por exemplo, está a Senhora Malu Domakoski, que foi condecorada com a Comenda da Ordem do Rio Branco, e que foi Secretária do Ministro Carlos Rischbieter, em várias posições que ela ocupou, tendo sido, por muito tempo, uma das mais destacadas funcionárias daquela agência de fomento.

Depois, há também entre os demitidos, o jornalista Aderbal Fortes de Sá Júnior, que não é jamais um vadio, um incompetente, porque ele assessorou os governadores do Estado, inclusive foi o responsável pela área de televisão do governo José Richa. Ele é formado nos Estados Unidos e eu, muitas vezes, de madrugada, cruzei com ele no SIR, Laboratório de Som e Imagem, quando ele editava o programa político do PMDB, que resgatou a imagem do candidato do PMDB, Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva. Foi Aderbal, o grande Aderbal, que fez do Requião um bom candidato no vídeo, e também ele foi demitido por incompetência.

Eu acho muito perigoso esse vezo da incompetência e da desonestidade em cima das pessoas. Eu sugeriria à Assembléia, até para que se evite uma futura ação trabalhista, a criação de um comitê de direitos civis; por que, como é que esta gente, com tanto tempo de trabalho dedicado ao Estado, é posta na rua, agora, como incompetente? Se for por economia, tudo bem, mas, como incompetente, como é que essa gente, agora, vai defender os seus filhos e olhar pelos seus filhos?

Eu imagino, Deputado Sabino Campos, que terei a oportunidade de analisar essas demissões do BADEP e avaliá-las, uma por uma; mas eu acho que nós não podemos cair na retórica, que falha com a verdade.

Era isto que tinha para dizer. Eu respeito o seu pronunciamento, mas acho que, realmente, pegar um bando de incompetentes e tingir todos como os marcados para morrer, é por demais cruel.

É coisa de anjo vingador, é noite de Páscoa de judeu.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu agradeço ao nobre Deputado pelo seu aparte.

Ele simplesmente confirma aquilo que

nós vínhamos falando e que falamos durante o nosso discurso, de que não se trata de policiamento ideológico de ninguém, pois o próprio Deputado Rafael Greca confirmou que houve companheiros do PMDB demitidos do BADEP. Eu acho que o nobre Deputado não ouviu direito o início do nosso pronunciamento, quando nos referíamos à trilogia de trabalho, de seriedade e competência... Eu acho que o nobre Deputado se equivocou, em parte.

Concedo aparte ao nobre Deputado Basílio Zanusso, por trinta segundos.

O SR. Basílio Zanusso - Deputado, talvez seja o bastante para dizer que conheço bem Vossa Excelência, já da Legislatura anterior, por ter participado, inclusive, com Vossa Excelência em comissões técnicas nesta Casa. Vossa Excelência é um homem preocupado com as coisas sérias do Paraná.

Quanto às colocações de Vossa Excelência com relação às demissões, não tenho informações bastantes para contestá-las. Mas respeito o seu posicionamento, porque tenho na cidade de Castello Branco uma jovem senhorita demitida dos quadros da ACARPA, que não é incompetente, nem irresponsável e nem é "fantasma", é filha de um ex-candidato nosso a prefeito.

Mas, queria, nestes trinta segundos, dizer ao Deputado Paulino José Delazeri, que chegou aqui há pouco e que até mesmo antes de vir à Assembléia, procurou denegrir esta Casa e a função parlamentar através dos canais de televisão de sua região, que a Frente Liberal é responsável pelos atos de seus Ministros. O que se discute no Brasil atualmente, é o caos que está aí. O econômico, causado pelo seu Partido, que pregou um Plano Cruzado mentiroso, enganou o Brasil inteiro por um ano e sacrificou um homem honrado como o Ministro Dilson Funaro, porque o seu Partido não lhe permitiu o reajuste dos preços, só o permitindo três dias após as eleições, por meio do Plano Cruzado II, que foi um desastre nacional. Agora, o Ministro Dilson Funaro pagou com a sua própria cabeça a orientação do seu Partido e vem o jovem Deputado Paulino José Delazeri aqui, contar, responsabilizar um Partido que nada tem a ver com a condução caótica da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais dois minutos para concluir.

O SR. SABINO CAMPOS - Quero dizer a Vossa Excelência que também o seu Partido faz parte da Aliança Democrática que igualmente deu suporte ao Ministro Funaro. Para concluir, Senhor Presidente e Se-

nhores Deputados, eu queria dizer aos nobres Pares desta Casa, que o assunto que aqui abordamos é do nosso conhecimento, porque nós somos também Engenheiro Agrônomo, colega da maioria desses demitidos e fomos funcionário da ACARPA no ano de 1970 e 1971 e conhecemos muito bem o funcionamento desse órgão. Portanto, nós podemos falar desse assunto com conhecimento de causa, porque conhecemos a maioria daqueles funcionários envolvidos no Sudoeste, alguns companheiros meus de muitas lutas lá de Toledo, como o Orlei, Aliaga, Marcos, do ITCF, conheço muito bem o Mafioletti, das nossas lutas da Associação dos Engenheiros Agrônomos.

Eu aqui falei e falo com conhecimento de causa, falo com dados nas mãos, porque eu li os processos administrativos, as definições tomadas pelo grande Secretário Osmar Dias e eu sei que muitas outras demissões virão, muitas serão levantadas, porque nós temos conhecimento de muitos que não querem trabalhar, querem é usar os seus cargos para fazer política partidária em horário de expediente.

Para concluir, Senhor Presidente, queremos dizer que continuaremos dando todo apoio necessário à política do Governo Estadual, para que promova, não uma caça às bruxas, como afirmou o nobre Deputado Pedro Tonelli, mas uma caça aos incompetentes, aos "fantasmas", aos ociosos, aos corruptos, a todos aqueles que recebem do erário e não fazem nada para justificar o seu ganho.

Continuaremos apoiando, decididamente, a Reforma Administrativa, mesmo com a oposição do Partido dos não trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Grande Expediente...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria que ficasse registrada a minha solicitação para que a Mesa adotasse o mesmo comportamento com todos os partidos, com todos os que se pronunciarem, pois foram dados trinta e cinco minutos, no Grande Expediente, ao Deputado Sabino Campos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência não aceita as ponderações de Vossa Excelência porque foram dados apenas dois minutos a mais ao orador e esta Mesa tem sido democrática e não aceita a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, que não é válida, como também não o é a afirmação de Vossa Excelência.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de saudar e agradecer a todas as Lideranças, de todos os Partidos com assento nesta Casa, pela forma coerente, democrática e verdadeiramente indicadora de trato parlamentar, quando na reunião do dia 27, no tumulto, casa cheia, com ânimos acerbados, numa reunião com todas as Lideranças de Partidos, conseguimos através do diálogo, que é o instrumento maior desta Casa, firmar um documento entre todas as Lideranças, para podermos dar continuidade célere ao processo de Reforma Administrativa.

Fica registrado em nome desta Liderança, nosso reconhecimento pela postura ativa dos demais Líderes dos outros Partidos nesta Assembléia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de saudar nesta tarde a grande conquista obtida pelo Estado do Paraná, na visita feita a Brasília pelo Governador Álvaro Dias, com os componentes da Comissão responsável pela construção da "Ferrovia da Soja", ou "Ferrovia da Produção".

Vimos nos jornais a publicação da assinatura do Decreto pelo Presidente José Sarney para que, definitivamente, o sonho acalentado por todos os paranaenses saia da retórica, saia das ditas prioridades, saia das promessas e parta definitivamente para a prática, através de um Decreto assinado publicamente e que dá à VALEC, com subsidiárias a serem contratadas, de início, em definitivo, da construção da "Ferrovia da Produção".

Muito embora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, continuaremos aqui, tenho certeza que com muitos Parlamentares a levantar sistematicamente a questão da "Ferrovia da Produção" até que o primeiro trilho seja assentado em território paranaense, para termos a convicção plena de que esta ferrovia será construída. Porque quando nós falamos em transporte ferroviário, quando nós falamos no baixo custo do transporte, muitas vezes ficamos também na retórica e nos escapa uma avaliação mais profunda do que significa baixar os custos de transporte. E eu volto a bater na tecla de que nós poderíamos economizar, por ano, 100 milhões de dólares apenas no transporte da soja dos pontos de produção do Oeste e do Sudoeste do Estado até os mercados internacionais de compra do produto.

Mas por que economizar no transporte? Porque economizando no transporte nós poderíamos pagar um preço mais justo ao produtor, sem aumentar o preço do nosso produto no mercado internacional.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, acredito que uma grande conquista paranaense tenha sido obtida nesta viagem do Governador a Brasília, e

continuaremos aqui defendendo a "Ferrovia da Produção", trazendo dados novos, encaminhando questões relacionadas com a "Ferrovia da Produção" ao Ministério dos Transportes e ao Presidente da República, para que, cada vez mais, fique configurado que ela é hoje, no território nacional, a única ferrovia a ser construída com levantamento que prova a sua auto-suficiência já no transporte da sua primeira carga.

E como o espaço da Liderança é pequeno, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, entraria num outro assunto e respeitosamente gostaria de discordar do Deputado José Alves. O Ministro Dilson Funaro, responsável pela maior parte do setor econômico desta Nação, pode ter cometido pecados. Sou um dos brasileiros que assume a condição de dizer publicamente, após o seu afastamento, que lamento profundamente a saída do Ministro Dilson Funaro do Ministério da Fazenda, pois ele teve a competência de procurar, praticamente sozinho, no instante em que o País se digladiava com greves e mais greves, reivindicações trabalhistas, reivindicações de aumento de despesa pública, negociar no Exterior, sendo mal recebido muitas vezes, sendo ironizado talvez em outras tantas, mas sempre defendendo a soberania nacional e afirmando que jamais iríamos continuar pagando juros extorsivos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria que o novo Ministro que assumiu continuasse tendo a postura do Ministro Dilson Funaro, de dizer não à recessão neste País, de não nos subjugarmos ao FMI e que, em cada viagem ao exterior, viesse a ser acusado pela imprensa internacional, interessada em sangrar cada vez mais a economia dos países da América Latina, fosse ele também acusado por essa imprensa capitalista, representante dos banqueiros internacionais, que nos julgam caloteiros, porque o Brasil já pagou essa dívida. O Brasil não pode admitir que organismos internacionais, como o Citybank, que tem 24% de seus lucros totais neste ano de 1987, calculados em cima dos juros a serem cobrados do Brasil, continuem a se locupletar da infelicidade, do sofrimento do povo brasileiro.

Há dificuldades sim, para que esta nação saia do seu estágio de pobreza, do seu estágio de dificuldades. É inegável que o salário nesta nação é baixo, é inegável que a saúde não atende às necessidades dos brasileiros, é inegável que o ensino ainda é carente, e que a agricultura não tem as verbas necessárias para poder fazer jus à terra fértil que nós temos. Mas é inegável também, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de que quem não tem dinheiro, cujo tesouro está quebrado, não pode ter prioridades e não pode fazer frente aos

compromissos sociais assumidos. Que seja bem-vindo o novo Ministro, mas que continue com a mesma altivez, dizendo não a nos submetemos aos exploradores internacionais que ao longo dos anos vem sangrando a economia desse País. E vamos continuar dizendo não até o dia em que o recurso gerado no solo nacional seja investido principalmente para fazer frente aos compromissos sociais, de qualquer governo, para que, na verdade, o povo brasileiro seja aquele que possa direcionar o seu bem, a sua economia, o seu progresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas, Parlamentares desta Casa.

Eu queria pedir aos nobres colegas Dirceu Manfrinato, Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado e outros que desde que estamos nesta Casa fizeram acusações, aliás, acusações mentirosas ao Partido dos Trabalhadores, gostaria que lessem no jornal "Folha de Londrina", de ontem, e no jornal "O Estado do Paraná", de hoje, na segunda página, a manchete que diz o seguinte:

"Políticos presos como assaltantes de bancos. O Presidente do PMDB, o chefe de trânsito de Sapopema, mais o Secretário daquele Diretório e o Delegado de Polícia estão presos na Delegacia de Pirai, acusados de pertencerem a uma quadrilha especializada em assaltos a bancos."

Eu gostaria que, carinhosamente, esses companheiros lessem e meditassem acerca desse conteúdo.

Gostaria também de perguntar ao nobre colega Sabino Campos, que se pronunciou hoje nesta tribuna, no Grande Expediente, e até concordo com parte do que ele falou...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me num aparte a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Se der tempo, no final. Concordamos com a tese; duvidamos é da prática. A parte com que concordo é que aqueles que não prestam serviço público, aqueles que não estão a serviço dos trabalhadores, realmente devem ser demitidos.

E gostaria de dizer mais. Os que foram demitidos e que comentei no dia de ontem, não quero dizer que todos eram trabalhadores. Não falei, e não seria verdade. Alguns mereciam ser demitidos. Agora, eu gostaria que o Senhor Deputado Sabino Campos me respondesse, se possível amanhã, o que envolveu a demissão, quais são as queixas sobre os companheiros da ACARPA de Marmeleiro. Gostaria de ouvir os mínimos detalhes. Gostaria de ver o que aconteceu com os companheiros de Ampére, e também com os companheiros da ACARPA de Nova Prata do Iguçu, o que aconteceu com eles, por que estão sendo demitidos. E gostaria de mais uma vez voltar a frisar um assunto muito importante e que cobrei na semana passada, com a postura do Senhor Deputado Domingos Scarpellini...

O Sr. Sabino Campos - Concede-me um aparte? Posso responder à questão dos municípios.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Gostaria de perguntar ao...

O Sr. Sabino Campos - Gostaria de esclarecer...

O SR. PEDRO TONELLI - Inscreva-se em Explicações Pessoais que depois Vossa Excelência poderá dar a resposta.

Gostaria de retomar a questão a que o Senhor Deputado Domingos Scarpellini não respondeu nesta Casa e que também tem a ver com a Reforma Administrativa...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ...A COHAPAR, até março de 1987, funcionava com a seguinte estrutura...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ...três diretorias: Diretor-Presidente...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, queria comunicar que não vou conceder aparte para ninguém e peço que me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Peço ao Plenário que respeite a vontade do orador que se encontra na tribuna e que não irá fornecer apartes.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Pela Or-

dem) - Solicitaria que a Mesa instrísse ao Senhor Deputado orador que, já que não concederá apartes, que não interrogasse os companheiros com questões referentes aos municípios dos quais temos respostas prontas para o que ele está solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, solicito que desconte o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência será atendido.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Solicito inscrição a Vossa Excelência com um aparte ao líder único do PT nesta Casa.

O SR. PEDRO TONELLI - Hoje não vou dar aparte, infelizmente...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Mas não é só hoje, Vossa Excelência nunca concede aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência acusa e não aceita que a gente fale as verdades a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência informa a Vossa Excelência que não descontará o diálogo que Vossa Excelência está mantendo com o Plenário. Aí é falta de Vossa Excelência em manter a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito bem. Garanta-me a palavra que continuarei. Estou me referindo à COHAPAR. A estrutura antiga tinha três Diretorias, com um Presidente, com um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico.

A Diretoria Técnica tinha dois Departamentos e seis Divisões. Nesta estrutura, gastava-se, de salários, Cz\$216.000,00. Não temos os valores das outras Diretorias. A partir de 15 de março, a COHAPAR passou a ser reestruturada e hoje tem a seguinte estrutura: quatro Diretorias, compostas por Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Programas Especiais, Diretor de Programas Convencionais. A Diretoria de Programas Especiais tem: três Departamentos, quatro Divisões, um Chefe de Gabinete, dois Assessores...

(Solicitação insistente de apartes)

O SR. PEDRO TONELLI - (continua lendo) - "A Folha de Pagamento só para as che-

fias e assessorias, nesta diretoria está em Cz\$309.000,00; A Diretoria de Programas Convencionais tem: 2 Departamentos, 4 Divisões, 2 Assessores. A Folha de Pagamento, só para as chefias e Assessorias nesta Diretoria, está em Cz\$215.000,00. A nova estrutura da COHAPAR vai onerar o orçamento em mais Cz\$344.000,00 mensais.

No entanto, em nome da racionalização da Administração Pública e da contenção de despesas, foram despedidos quarenta funcionários, com baixos salários, tais como as faxineiras, motoristas, datilógrafas, etc.

(Solicitação insistente de apartes)

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, peço que me assegure a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Deputado Antônio Annibelli, esta Casa tem que manter um alto nível. Todos os Líderes que subiram à tribuna foram respeitados durante seus horários, quando falaram. É justo que respeitemos o orador que está na tribuna, que já disse que não dará apartes a ninguém. Ninguém é surdo nesta Casa, e todos já ouviram que Sua Excelência não dará apartes. Não é necessário que se faça esta interrupção ao seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem razão e esta Presidência apela aos companheiros Senhores Deputados que respeitem o orador que se encontra na Tribuna, e avisa o orador que Sua Excelência já se encontra no período de prorrogação do seu tempo, democraticamente cedido por esta Presidência.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - Qual o Artigo que o Senhor Deputado José Felinto cita "Pela Ordem"?

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu quero solicitar à Presidência dos trabalhos, que, quando o Senhor Deputado Algaci Túlio solicita "Pela Ordem", art. 97, deve citar o artigo que está sendo infringido, e Vossa Excelência não advertiu o Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência tem razão.

Continua com a palavra o Senhor Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Aceitando as ponderações do Senhor Deputado José Felinto, esta presidência per-

gunta a Vossa Excelência qual o artigo em que Vossa Excelência se inscreve para pedir "Pela Ordem"?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O artigo foram as urnas de 1986 e o Diploma de Deputado. Se estou nesta Casa, tenho o direito de pedir "Pela Ordem". Artigo 97 se Vossa Excelência se satisfaz. Fui ferido pelo Senhor Deputado do PT e cabe a mim a questão de ordem para dar a resposta ao Senhor Deputado do PT.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência não está citando o artigo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Art. 97. Muito obrigado pela forma democrática com que Vossa Excelência dá oportunidade a este Deputado.

Quando o Senhor Deputado Pedro Tonelli chamou a atenção do nobre Deputado Domingos Scarpellini e quero auxiliar o nobre Deputado, Nilton Barbosa, e Vossa Excelência chamou a atenção deste Deputado para artigo da "Folha de Londrina" e do "Estado do Paraná", com relação a "Membros do PMDB envolvidos em escândalo de roubo de Banco". Eu gostaria de lembrar Vossa Excelência que no seu Partido houve isso também. Mas, o que houve com o PMDB, eu quero que Vossa Excelência saiba, que hoje, é um Governo sério, um Governo honesto, Governo de Álvaro Dias, em que mesmo filiados ao PMDB estão na cadeia.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Continua com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli por dois minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - No entanto, em nome da racionalização, em nome da administração pública e em nome da contenção de despesas, foram despedidos da COHAPAR, quarenta funcionários, com baixos salários, tais como as faxineiras, motoristas, datilógrafos e outros. E só com a administração aumentaram os gastos quase Cz\$ 400.000,00, só nos cargos de chefia. Esse é o fato mais grave que queremos levantar para os nobres colegas avaliarem. No entanto, existem outros aspectos que não podemos admitir, pois fatos revelam que a COHAPAR, além de montar uma estrutura capaz de abrigar principalmente os funcionários da COHAPAR que estavam a serviço na Secretaria do Interior - atual Secretaria de Desenvolvimento Urbano - os diretores, chefes de departamento e divisões vivem com os gordos salários e mordomias. O atual Presidente antes de tomar posse mandou trocar os carpetes e as cortinas de sua sala, embora o prédio fosse novo e recém-inaugurado.



Os atuais diretores, os chefes de departamento estão fazendo inúmeras viagens com gordas diárias da Companhia. O Diretor dos programas convencionais, Senhor Rodolfo Bettega, é hoje autor da seguinte proposta: que todo funcionário da COHAPAR que ocupar o cargo de diretor por um ano, passa a receber como diretor ao retornar a sua função anterior. Temos ainda o caso da compra dos três quadros Cz\$ 57.000,00...

Concede-me mais trinta segundos, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Vossa Excelência já recebeu dois minutos. Consulto à Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Na semana passada, desta tribuna, o Partido Liberal se fez manifestar, oportunidade em que analisou a atual crise da educação neste País. Hoje, volto à esta tribuna, sentindo que sem a evolução das negociações para solução dos problemas de ensino, arrasta-se sem perspectiva uma situação até constrangedora para a classe política. Constrangedora porque nossa força junto às autoridades responsáveis deste País estão se esvaindo com a decisão de empurrar para esvaziamento uma legítima movimentação, cujas reivindicações vem sendo proteladas, de uma forma até irresponsável, uma vez que toda uma comunidade, caso de Curitiba, vem sendo sensivelmente prejudicada pela insensibilidade do Executivo em encontrar uma solução para o impasse. Se a nível estadual, nossas Universidades acomodaram-se na certeza de que a conquista legítima da autonomia será respeitada, a nível municipal e federal continuamos a assistir a um verdadeiro circo montado para esconder a real situação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje pela manhã, neste Plenário, professores da rede municipal de ensino de Curitiba, superlotando as dependências desta Casa, fizeram estremecer as suas estruturas com um apelo dramático, um apelo a que fazemos eco, pois não é admissível que uma questão importante como a educação seja relegada a um segundo plano de forma tão ridícula. As explicações do representante do Executivo Municipal, Dr. Lineu Thomaz, jamais conseguiram justificar tal estado de coisas, principalmente quando esqueceu de dizer que, economizando na propaganda farta e demagógica que apresenta na televisão, recursos estariam sobrando para que parte das reivindicações do professorado fossem atendidas. Tampouco tiveram fundamento suas alegações transferindo tudo pa-

ra o estado de coisas que o País vive hoje, pois as explicações jamais justificam a incompetência para gerir a nível municipal uma crise que vem se arrastando há quase um mês.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Partido Liberal, nesta oportunidade, quer solidarizar-se com o professorado municipal, principalmente quando o governo municipal, dizendo justas as reivindicações, corta o pagamento de abril, e torna ainda mais difícil a situação da nobre classe do ensino.

Que a classe política se una agora mais do que nunca. Se a educação é prioridade, deve também ser a prioridade de todos nós, políticos atuantes nesta Casa; devemos buscar, em consonância com o ensino, uma solução à crise que estamos vivendo. Crise que se arrasta sem perspectiva de encontrar uma luz no fim do túnel. Que a Prefeitura de Curitiba gaste melhor a sua verba publicitária, derramada a nível estadual, para explicar-se perante às famílias curitibanas, particularmente, quais as razões para tanta incompetência e engano.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Nobre Deputado, Vossa Excelência é conhecedor dos problemas estruturais que esta Nação vive, e há de se lembrar que a educação já foi neste País muito mais do que é hoje, prioridade. Vossa Excelência deve estar lembrado que na Constituição Democrática de 1946, e destruída pelo golpe militar de 1964, a educação, no orçamento público federal, era contemplada com 12% do orçamento da União. Assim que se processou o golpe militar aqui neste País, e sustentado pela ARENA, ao longo dos vinte e dois anos, com o autoritarismo, os recursos para a educação foram diminuindo ano a ano, Deputado.

Vossa Excelência deve estar lembrado que a cada ano que passava um ponto percentual era diminuído do orçamento da educação neste País, chegando desgraçadamente, nobre Deputado, em 1979, a União a aplicar somente 2,9% do orçamento federal em educação.

E a realidade não poderia ser outra, nobre Deputado. Os cruéis assassinos que estiveram no Poder, no Brasil, nesses vinte e dois anos levaram o povo brasileiro a uma crise profunda na área educacional, pois tivemos aumentados significativamente o número de analfabetos.

Vossa Excelência deve estar lembrado, também, nobre Deputado, que em 1964, neste País, 75% das Universidades eram públicas e gratuitas; e em 1982, nós encontramos a realidade invertida, 75% privadas e somen-

te 25% públicas e gratuitas.

Agora, nobre Deputado, estão aí também as modificações feitas pela Revolução ditatorial de 1964, que retirou grande parte do orçamento dos municípios, dos Estados, contemplando a União com estes recursos, para que se pudesse dominar os políticos e administradores com mais facilidade.

Portanto, nobre Deputado, o nosso Partido está de consciência tranquila, porque prometeu e está cumprindo este compromisso, de que as mudanças estruturais seriam solucionadas, a partir de uma Assembléia Nacional Constituinte, e este compromisso nós cumprimos, porque a Reforma Tributária tão necessária para que o Prefeito de Curitiba e de todos os demais Municípios e capitais do País, precisam ter para readquirir a autonomia financeira, para remunerar melhor os seus professores e os seus funcionários, está sendo encaminhada, através da Constituinte.

E quero lembrar ao nobre Deputado que no Governo da antiga ARENA, os professores eram tratados a cassetetes, com cães adestrados e reprimidos pela polícia.

Agora, nobre Deputado, por uma inviabilidade financeira do Município de Curitiba, o Prefeito Roberto Requião, está impedido, como Vossa Excelência tem conhecimento, de encaminhar a solução deste problema, mas, não está reprimindo os professores, que continuam fazendo o seu movimento, o seu protesto e a sua luta pacificamente. Gostaria de relembrar o nobre Deputado desses fatos e agradecer pelo aparte.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Pois não, agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem, de certa forma, contribuir para a nossa linha de raciocínio, de que a classe política tem a obrigação de fazer a sua parte e esperamos que realmente a constituinte cumpra com o seu papel.

Mas, falando em Constituinte, existe uma emenda que foi apresentada pelo então Senador João Calmon. Parece-nos que o Prefeito Municipal de Curitiba, nobre Deputado Paulino José Delazeri, não está cumprindo, com a norma expressa na Constituição, não está destinando para educação o percentual exigido. A propósito, parece-nos que há uma Comissão Parlamentar de Inquérito para observar este fato na Prefeitura Municipal de Curitiba. Vamos voltar ao assunto para apresentar as conclusões dessa Comissão.

Mas, queremos dizer também que os erros do passado, e se eles existem, não podem justificar a incompetência do presente na administração municipal, que sequer vem dialogar com o professorado.

Esteve aqui, o representante do Senhor Prefeito, porque pessoalmente ele não es-

teve presente a esta Casa do povo, lugar onde ele esteve durante três anos ocupando a tribuna, fazendo os seus discursos.

O diálogo é fundamental para que encontremos soluções práticas e objetivas e assim o enseja essa tensão social que está se verificando em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na condição de professor, estou efetivamente preocupado com os caminhos que estão sendo seguidos por muitos responsáveis pelo traçado do nosso futuro. O Partido Liberal e este Parlamentar estarão vigilantes, aplaudindo as soluções efetivas, mas cobrando, de forma bastante enérgica, as soluções de quem de direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta à Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No decorrer dos anos de nossa vida, nós temos depositado sempre, quando os nossos governantes têm vindo, através da imprensa, das informações da televisão, trazer um plano novo de Governo, nós temos depositado a nossa esperança, como todo cidadão, de um Brasil melhor, de dias melhores e de um voto de confiança naqueles que administram a Nação, os Estados e os Municípios, sejam eles do partido que forem. Esta é a esperança de todo cidadão que luta, que trabalha e que tem fé nos homens que conduzem o destino do País. Mas, também, temos visto e sentido passar ao longo dos anos, junto com toda população brasileira, momentos difíceis e de grandes decepções para todo o povo, e quando não bastasse, talvez a maior delas foi a decepção do Plano Cruzado, do qual não é necessário que se fale mais; é uma consciência nacional, e até do próprio Ministro. Depositamos, apesar de sermos da Oposição, esperanças ao assumir o Governo do Paraná, o Senhor Álvaro Dias como nosso Governador, jovem Governador, homem de carreira política brilhante; depositamos a nossa confiança, também, porque nós queremos bem o Paraná. Mas, afirmamos aos Senhores que estávamos atentos aos erros do Governo, para alertar, para servir a nossa população. E hoje, nós vemos as denúncias em se falando da Reforma Administrativa, quando afirmam os nobres colegas do PMDB, de que a Reforma é perfeita, ou talvez,

que queira ser perfeita, porém, nós encontramos emendas que não acabam mais, porque naturalmente, ela vem com muitos erros e com muitos defeitos, e até essas emendas sejam rejeitadas, porque muitas delas beneficiam o povo.

Mas, Senhores Deputados, venho a esta tribuna dentro do espírito da Reforma Administrativa do Governo Álvaro Dias, dentro do meu espírito de contribuir para que o Paraná seja administrado da melhor forma possível, denunciando um fato que talvez não seja tão importante, mas seja ele qual for, tem um grande significado.

Recebo um Ofício do Município de Marumbi, do Presidente da Câmara Municipal, José Pavezi, informando-me de que dois policiais daquela cidade, homens que servem à corporação da Polícia Militar, dando assistência ao povo, homens da comunidade, jovens ali criados, e que prestam relevantes serviços e sempre respeitados por todo público. E no dia 6 de abril de 1987, receberam eles a comunicação de que deveriam ser transferidos para um outro Município, e que o Presidente da Câmara, então indagou ao comando da Polícia Militar porque seriam transferidos os soldados José Donizeti Valentim e Valdeci Claubuxa.

Porque seriam transferidos do Município de Marumbi se nada constava contra eles? A resposta foi a seguinte: incompatibilidade política com o Diretório do PMDB.

Isso nós não admitimos. Alerto aqui a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, principalmente o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Presidente da Comissão, bem como todos os demais membros, que nós temos certeza que têm as melhores intenções para servir ao povo do Paraná, que este fato não pode acontecer. Algo assim, ainda não tinha visto no Paraná: transferência apenas por incompatibilidade política. O soldado nem pode votar, nem pode se manifestar e agora surge uma transferência desta natureza.

Esperamos que esses fatos não aconteçam mais em nosso Estado, e sabemos que nos próximos dias, esse erro também deverá ser reparado e voltarão para aquela comunidade os soldados, porque pertencem a ela e deles a comunidade espera muito.

Mas, em se falando ainda, das demissões da Reforma Administrativa, presenciei também no Município de Matinhos, uma denúncia que faço com muita segurança e com muita certeza, sobre uma funcionária, que exerce a função de bioquímica, que foi contratada no final do ano passado, para servir o Hospital da Saúde Pública do Estado em Matinhos e de um médico, os quais foram demitidos. E lá ficou o povo, a população, sem atendimento.

Acho que aí não é, não tem nada a ver

com mordomias, não significa pessoas que não trabalham. Significa apenas perseguição ou tentativa de economia para beneficiar outros. E eu digo isso, companheiros, porque essa pessoa se encontra em minha casa.

E, digo isso, com muita convicção, trata-se de funcionário que tenho certeza, é de grande competência. Além desse, sobre tantos outros fatos recebemos denúncias. Não vamos aqui relatar um por um; esperamos que a Reforma Administrativa do Senhor Álvaro Dias, seja responsável, que ela puna os incompetentes, aqueles que não trabalham, e os que têm muitos empregos. Mas, que respeite aqueles que têm seriedade e vontade de servir o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Consulto à Liderança do PDT. Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em política a oportunidade é o palco em filosofia e ideologia, é o tempo o juízo dos homens. O Prefeito Roberto Requião que tenta purificar, no exíguo vapor de uma sauna inaugurada pelo Prefeito Maurício Fruet e pelo Engenheiro Glaser, toda a sujeira da sua administração, que principia no lodaçal do Lago do Parque Barigui, que, aliás, secou, continua no bebedouro do Largo da Ordem, no coração da Cidade, que já não tem água e é lixeira de pedra e de bronze. Agora, parece que ele se perde de vez, depois de passada a época de calmaria da unanimidade que o PMDB trouxe ao País, pelo Plano Cruzado I, de mentirosa memória. E assim, como o Presidente José Sarney sofre hoje a recessão do otimismo deflagrado por este mentiroso Plano Cruzado, o alcaide de Curitiba sente agora a responsabilidade de ser poder, e não poder com a realidade.

De um lado, os professores municipais arrochados nos seus vencimentos, exigem a reposição salarial, dirigindo-se ao antigo paladino da justiça social. Do outro lado, os proprietários das empresas de transporte coletivo, baseados nos seus direitos, conseguem a elevação das tarifas de transporte público, e são recebidos na intimidade do "Palácio dos sofás rasgados", porque a Prefeitura está agonizante até no seu aspecto externo. Deve ser uma experiência muito especial essa porque passa o Prefeito de Curitiba: concede o aumento da tarifa dos ônibus e nega o aumento dos vencimentos dos professores.

Curiosamente, o político Roberto Requião de Mello e Silva, fez carreira orientando favelados a ocuparem terrenos vazios, agora, a sua ação preferencial, é

impedir que os populares invadam as propriedades. A carreira do político Roberto Requião de Mello e Silva - ah, essa carreira! foi feita apoiando indiscriminadamente qualquer demanda salarial, sem se preocupar em saber se o Poder Público tinha ou não recursos para as majorações salariais. Hoje, ele lava as mãos como Pilatos, dizendo que o município não tem dinheiro. Se ele é Pilatos, seremos nós os Herodes a condenar os inocentes?

Por isso, abriu-se hoje a Assembléia para que os professores dissessem à consciência política do Estado, que ele não aplica a Emenda João Calmon na intensidade que é devida e para nos sugerir a realidade para não costurarmos os nossos olhos com arame farpado, como os personagens do purgatório da Divina Comédia de Dante, que de pálpebras costuradas com arame farpado, são condenados a empurrar um fardo, num círculo interminável. Os que fecharem os olhos para a realidade, com os fios deste momento presente, tão terrível, terá os olhos vazados e sairá sangrando.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje, as Comissões desta Casa, examinaram e condenaram, depressa, de afogadilho, à valeta comum do nada vale, do inconstitucional e do anti-econômico, todas as cinquenta e seis emendas, por todos os Deputados apresentadas, inclusive por Sua Excelência o Senhor Presidente, pelo nobre Deputado Anibal Khury, pelo brilhante Deputado Pedro Tonelli, pelo combativo Deputado Paulo Furiatti, pelo preciso Deputado José Afonso Júnior. As minhas emendas, também, e as do Deputado Algaci Túlio e a de todos os companheiros de Bancada, foram todas sepultadas na valeta do não interessa ao Palácio.

O Sr. Acyr Mezzadri - Senhor Deputado, apresenta uma emenda para criar uma nova sauna em Curitiba.

O SR. RAFAEL GRECA - Se temos os olhos costurados para a realidade, o dia de amanhã dirá se a Assembléia é a Casa daqueles que defendem o interesse do povo com oportunidade, ou se é o coro dos que cantam o amém solene, agradável, quem sabe em gregoriano, aos ouvidos do príncipe que está em Palácio.

Senhor Presidente, o dia de amanhã dirá se aqui há de entoar o amém solene, ou se vamos abrir os olhos e ouvidos para a realidade e transformar esta Reforma Administrativa num diploma que enxugue a máquina governamental. Transformá-la num momento de afirmar a Assembléia; e num momento de economizar para o Estado.

Com tristeza, vi o Deputado que havia proposto a transformação do título "Departamento de Arquivo Público e Microfil-

magem" para "Arquivo Público", Deputado, este que queria honrar, só honrar a velha denominação dada pelo Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, primeiro Presidente deste Estado, que, aliás, não era filiado ao PMDB. E notei que esta emenda foi suprimida e deitada na vala das que nada valiam. Por que? Porque era inconstitucional. Por que? Porque era anti-econômica? E este moço valoroso dobrou-se, na Comissão de Finanças, ao seu próprio parecer e à sua própria emenda.

Dobrar-nos-emos todos? Haveremos de nos condenar todos? Vamos entrouxar as nossas bocas também, como os personagens da Divina Comédia de Dante? Com a retórica de nossos discursos amarrar as nossas mãos com teias tecidas de hipocrisia e como vamos empurrar então o carro da História presente deste País? Acreditando num Ministro de doze horas, que faz-se Ministro do Planalto em um dia e doze horas e depois já Ministro não é?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como havemos de vencer, num momento tão grave dos empresários de transporte coletivo, vendendo à cidade uma frota de sucata, de ônibus de vinte e cinco anos de idade, porque já se transferiu ...

(Aparte paralelo. Ininteligível).

... das empresas para pessoas particulares. Enquanto o Prefeito fala em encampação libertária, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda uma vez encareço, nos termos do artigo 78, do Regimento Interno, inciso V e VI, que me seja assegurada a palavra.

Como vamos responder à sociedade no momento em que lançarmos na valeta do vale nada, o parecer que limita os poderes da Procuradoria Geral da Justiça, e que vem fundamentado por dez laudas? De Rui Barbosa eivadas, de Eli Lopes Meireles eivadas, todas elas lançadas como lixo, com a justificativa de que não servem...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais um minuto, se assim desejar.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há um purgatório no momento presente deste País. Este purgatório é presidido por alma danada do antido PDS, hoje Presidente de Honra do PMDB. Neste purgatório não preside a Justiça Divina. E todos os investidos de dignidade e de mandato, devemos empurrar os fardos neste círculo interminável. Não vamos atar as nossas mãos. Não vamos tingir de sangue o momento que a História generosa, Libertária e bela, nos dá, a todos os que somos Deputados, de todos os Partidos. Fui menino. Quando a professora escreveu no quadro-negro do meu pré-primário:

"CRIANÇAS, VÃO PARA CASA. HOJE TEM REVOLUÇÃO". Hoje, eu sou moço e não quero vender as minhas esperanças, nem as esperanças da minha geração na feira de ambições de poucos.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrada a Hora do Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Com base no art. 98, para um requerimento.

Senhor Presidente, hoje, pela manhã, esta Casa teve a honra de ver suas galerias lotadas de professores e recebeu as presenças, também, de Secretários do Senhor Prefeito Municipal de Curitiba.

E nesta reunião, interpartidária tirou-se um documento que deverá ser entregue amanhã ao Prefeito Municipal de Curitiba. Gostaria, então, de que os Senhores Deputados interessados pela educação nesta cidade e que tiverem interesse em apor as suas assinaturas nesse documento, eu o colocarei à Mesa da Presidência, para que com estas assinaturas, amanhã, uma Comissão Interpartidária faça entrega ao Senhor Prefeito Municipal.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) - Artigo 97. O Regimento Interno é bem claro, de que deve ser invocado "Pela Ordem", quando alguém está infringindo algum regulamento ou artigo do Regimento Interno. E o nobre Deputado que solicitou pela Ordem, não citou qual o artigo que está sendo infringido neste Plenário. E a Mesa foi complacente com o Deputado que solicitou "Pela Ordem"

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli) - Esta Presidência tem sido complacente com todos os Senhores Deputados.

#### Requerimentos:

Do Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiado pelos Líderes do PTB, Deputado Erondy Silvério, do PFL, Deputado Basílio Zanusso, do PDT, Deputado Antônio Belinati e do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, Requerimento que pede a inclusão, na Ordem do Dia do dia 30 de abril, amanhã, da Mensagem n. 32/87, referente à Reforma Administrativa. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Projeto de Lei do Deputado Lindolfo Júnior, que necessita de apoio. Denomina de Escola "Profesora Domires Moreira de Carvalho" etc. Deputados que apoiam, permaneçam como estão. **Apoiado.**

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 177/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de utilidade pública, o "sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirasselsa", com sede no Município de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 189/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública, a "Associação dos Amigos e Benfeitores da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Cianorte", com sede e foro na cidade de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 218/86, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "AFA" Associação dos Funcionários da ACARPA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando a retirada por 20 (vinte) sessões da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 218/86, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 218/86, por 20 (vinte) sessões.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Kuhn Sobrinho, ocorrido no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ricardo Edgar Skowronek, ocorrido no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando a anexação do Projeto de Lei n. 209/86, ao de n. 35/87, por si-

militude de matéria, pois ambos declaram de utilidade pública a mesma entidade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 18/87, objeto da Mensagem Governamental n. 25/87, que encontrasse na Comissão de Finanças. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento de ajuda de custo aos alunos bolsistas do Curso de formação de Escrivães da Polícia Civil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando uma viatura policial equipada com xadrez e rádio, para a quinta Divisão Policial, do Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo a implantação do programa "Pró-Egresso", no município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, viabilizando a instalação de uma vaca mecânica, no município de Umarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica, na estrada que liga a Placa de Icaraíma passando por Santa Elisa, até a sede do município de Icaraíma. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do documento "Compromisso de Ouro Preto", no qual os Presidentes das Assembléias Legislativas assumem como compromisso comum de lutas, as propostas ali anunciadas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, pela passagem do 50. aniversário do

município de Mandaguari. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, com o objetivo de viabilizar a construção de uma Escola Estadual no Conjunto Arnaldo Busato, no município de Itambé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de louvor à equipe pesquisadora do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná- do município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a criação do Ensino de segundo grau, junto à Escola Estadual Lysímaco Ferreira da Costa- Ensino de primeiro grau, no município de Paranapoema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR- Companhia de Habitação do Paraná, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações sobre o valor mensal do aluguel pago pela COHAPAR, referente ao edifício sede, situado à Rua Marechal Deodoro, nesta Capital. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 23. aniversário de emancipação política do município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, a fim de viabilizar a instalação de uma rede telefônica no Distrito de Mariza, município São Pedro do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo seja instalado um Posto de Serviço (PS) no Distrito de São Roque, Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de um muro de arrimo e calçada ao redor do terreno



onde está situado o prédio da Escola Estadual "Branca da Motta Fernandes", do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo transcurso do "Jubileu de Ouro" da criação do município de Mandaguari. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 8.<sup>o</sup> aniversário da Rádio Danúbio Azul, do Município de Santa Isabel do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral do DETRAN, encarecendo que o processamento das carteiras de motorista, requeridas no município de Quedas do Iguaçu, passe a ser feito na CIRETRAN, do município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Comunitária, encarecendo auxílio financeiro para a Creche São José no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, com apoioamento dos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes, Sabino Campos e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo que o mesmo envie a esta Casa de Leis, a Mensagem Constitucional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos à Secretaria de Segurança Pública, objetivando a compra de novos veículos e reparos nos usados. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputa Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Nossa Senhora Aparecida, na Vila Urupês, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Educação, encarecendo o convênio entre o Município de Santa Isabel do Ivaí, e a FUNDEPAR, ob-

jetivando a construção de quadras polivalentes de esportes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Senhor Secretário dos Transportes, o asfaltamento da rodovia que liga o Município de Douradina ao Distrito de São José do Ivaí, passando pelo Porto Bentão, no município de Santa Isabel do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Senhor Secretário dos Transportes, a ligação asfáltica entre o município de Flórida ao distrito de Ângulo - município de Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a agilização das medidas e recursos implementados pelo Governo Federal aos diversos setores da atividade produtora e da sociedade brasileira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Coordenador do INCRA, encarecendo uma cópia da Carta de Ordem, reexpedida pelo Supremo Tribunal Federal. Em discussão. Em votação.

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IAPAS, encarecendo informações a respeito do programa de aproveitamento aos aprovados no concurso de 1982. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a transcrição do artigo "Enquanto não Visto a Toga", publicado na edição do Jornal "Gazeta do Povo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).



Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada João Baranink, no trecho Fazenda Garcia até o Distrito de Roberto Silveira, no município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo o reaparelhamento e duplicação da Rodovia BR-376, no trecho que liga os municípios de Sarandi e Mandaguari. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de passagem de nível, nas proximidades do Km 141, principal via de acesso ao Distrito de Iguatemi, município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando moção de apoio às vinte e oito Prefeituras Municipais da microrregião 9, pela medida adotada em repúdio ao não cumprimento da promessa feita pelo Presidente da República, por ocasião do encontro realizado entre ele e os inúmeros Prefeitos presentes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo o reaparelhamento e duplicação da Rodovia BR-376, no trecho entre os municípios de Maringá e Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Constituintes Paranaenses no Congresso Nacional, encarecendo a aprovação do texto constitucional que venha em defesa do monopólio estatal do petróleo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Antônio Belinati e Luiz Alberto Oliveira, Líderes dos Partidos do PMDB, PTB, PFL, PDT e PDS, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da Mensagem n. 32/87, referente à Reforma Administrativa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do ex-

pediente, solicitando voto de solidariedade ao Senhor Ministro Dilson Funaro, pelos serviços prestados à Nação. Em discussão. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O requerimento do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, que deseja ter desta Casa apoio para manifestar solidariedade à presença do Ministro Funaro frente ao Ministério da Fazenda, não terá o meu voto e provavelmente dos Deputados da nossa Bancada, por alguns motivos sobejamente conhecidos da nação brasileira.

Nós até podemos reconhecer, Senhor Presidente, as intenções daquele cidadão, empresário, de conduzir os negócios da Fazenda do Brasil, da maneira a melhor possível.

Acontece que ele foi envolvido, deixou-se envolver, voluntariamente ou não, desde o nascimento do Plano Cruzado I, o primeiro, como queiram, quando decretou a inflação zero e congelou os preços e os salários. Plano que nós chegamos a aplaudir e acreditar, fazendo com que milhões de brasileiros que poupavam os seus recursos ínfimos, dispendessem, gastassem o pouco que tinham, para serem como nós, depois surpreendidos, por um plano que não fora outra coisa, senão um projeto político eleitoral.

Não era possível por um decreto, por um gesto mágico de quem quer que fosse, zerar uma inflação de vinte por cento ao mês, mas não convinha ao PMDB o realinhamento ou reajustamento dos preços naquele período de congelamento, apenas concordando, o Ministro Dilson Funaro três dias após as eleições. Não foi somente isso, Senhor Presidente, as importações permitidas por Sua Excelência, que sangraram a nossa economia, as nossas reservas já parcas. Importou-se arroz, prejudicando a produção nacional, embora de boa qualidade. Também o milho, da pior espécie e da pior qualidade que ainda o Brasil deve receber e o milho brasileiro valendo o preço da colheita. Nunca se viu no Brasil uma política mais errônea, desinformada e incompetente, importando-se carne congelada de cinco ou seis anos, de Países europeus; até cerveja se importou neste período, até acabaram com as nossas reservas, zeraram as nossas reservas, praticamente.

Dáí o resultado: como fazer? O Plano só deu certo eleitoralmente, mas foi um desencaminho da economia brasileira, e tantos outros males que aconteceram durante a gestão, o período em que esteve à frente dos negócios da Fazenda brasileira o Senhor Dilson Funaro. E ele, ao sair, declarou que, talvez, o motivo principal da saída, além dos já enumerados, que para

mim é basicamente e fundamentalmente político, é que a impunidade existente no País não permitiram que ele continuasse à frente de tão importante Pasta.

Essa impunidade, Senhor Presidente, vem de longos anos, mas também ao seu Partido, que é do Governo, cabia, tinha e tem o PMDB toda a força e toda a competência e representação política no Congresso Nacional para acionar a Justiça e os meios administrativos necessários e cabíveis para que essa impunidade, especialmente de funcionários que ele se referiu não acontecessem ao longo do seu governo.

Portanto, ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, não discordo da pretensão de Vossa Excelência em apresentar votos de aplausos e solidarizar-se com a atuação, com a presença do Ministro Dilson Funaro e que Vossa Excelência poderia fazer em seu próprio gabinete, e mesmo aqui de público, mas, não terá, por essas razões aqui entendidas por nós e tantas outras conhecidas por Vossa Excelência, o nosso voto.

Portanto, Senhor Presidente, votamos contrariamente à aprovação do requerimento do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se adentramos com um requerimento neste Poder Legislativo, pedindo a nossa solidariedade ao Ministro Dilson Funaro é porque temos as nossas razões, razões que às vezes não são compreendidas, como não compreendidas pelo ilustre Deputado Basílio Zanusso.

Mas, se voltarmos ao passado, e fizermos uma reflexão do que o povo brasileiro sofreu após 1964, haveremos de entender de que após a Nova República, existiu mundaças, e às vezes contrariadas na opinião de alguns, mas não é fácil consertar em vinte e quatro horas, ou em quarenta e oito horas, ou apenas num período de um ano e meio, aquilo que se destruiu durante vinte anos neste País, e que, lamentavelmente, o ilustre Deputado Basílio Zanusso deu sustentação para que os homens da Revolução vendessem e destruíssem este solo brasileiro, abençoado por Deus e às vezes incompreendido pelos homens.

Vossa Excelência, há de lembrar, ilustre Deputado, do "super-Ministro", que ajudou a desgraçar, a destruir este País. O Ministro que Vossa Excelência deu sustentação, o Ministro Delfim Neto.

Vossa Excelência falou das importações indevidas do Governo brasileiro, através do Ministro Dilson Funaro. Mas, Vossa Excelência esqueceu-se das importações feitas no Governo que Vossa Excelência sustentou, que arrasou e faliu praticamente

este País, tirando as esperanças não só dos homens públicos de hoje, mas, as grandes esperanças dos brasileiros.

Quem é que não se lembra dos escândalos que envolviam o ex-Ministro Delfim Neto, das falências, das empresas "fantasmas" e dos interesses das multinacionais? Nada melhor do que o tempo para fazer o julgamento das injustiças praticadas neste País.

E se adentrei com este requerimento, é porque reconheço na pessoa do Ministro Dilson Funaro, um homem de capacidade; o homem que tanto se critica pela implantação do Plano Cruzado I, mas que tem que se louvar pelo menos, que durante o período do Plano Cruzado I, muitas crianças, bôias-frias e muitos trabalhadores pelo menos viveram um período de um ano, um ano e pouco de felicidade, com alimentação na mesa, propiciando uma melhor condição de vida aos seus filhos, porque faz vinte anos que o brasileiro não se alimentava e não tinha liberdade de fazer um programa dentro do seu lar com relação à alimentação.

Durante esses vinte anos, a ditadura ajudou a dar condições às multinacionais, a explorar e levar este País, praticamente à porta da falência. Não podemos esquecer, Ilustre Deputado, que acima da responsabilidade que temos, como parlamentar, portavoz do povo do Paraná, não podemos esquecer que também somos brasileiros. Respiramos oxigênio desta terra. Vivemos neste solo brasileiro tão explorado pelas multinacionais.

É por isso que nós, que somos brasileiros, amamos este País, o defendemos e temos um compromisso com o futuro de nossos filhos. Com a criança de hoje e a criança de amanhã, temos a responsabilidade de defender, mas não de permitir que "gringos" utilizem os canais de televisão brasileira para dizer da satisfação, do desejo pessoal e até mesmo em nome dos banqueiros internacionais que estavam satisfeitos com a saída do Ministro Dilson Funaro porque ele era nacionalista.

O que estes "gringos" querem? Que os brasileiros não defendam o País? Os brasileiros têm por obrigação defender a soberania, e dar sustentação a este País, porque os países subdesenvolvidos existem e devem ser ajudados com o apoio do Governo. Critica-se tanto o Plano Cruzado I, mas, não podemos responsabilizar o Governo. Temos que responsabilizar uma grande parcela da população brasileira, que se omitiu em colaborar e participar com o Governo nas decisões, de retornar a este País à grande esperança de todos os brasileiros.

Quem não presenciou os fatos dos assaltos nos supermercados contra os brasileiros? Eram os preços tabelados, o ágio.

Na verdade, aquele que possui o potencial econômico, não estava preocupado com o bôia-fria, com o trabalhador. Porque se quisesse comer carne naquele dia, e se o preço tabelado era Cz\$ 40,00 o quilo, não importava a ele pagar Cz\$ 120,00. E com isto, tirou o direito, o alimento da boca dos menos favorecidos pela sorte, propiciando e oferecendo para que acontecesse o que aconteceu com o Plano Cruzado.

É isto Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao nobre Deputado que seu tempo de dez minutos está esgotado. Um minuto para o Senhor concluir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - E há de se lembrar o ilustre Deputado que, quando o governo pediu a colaboração dos pecuaristas do Brasil, fizeram resistência contra o governo. Criaram situações contra o mesmo para não vender carne ao mercado brasileiro. Mas, hoje, Vossa Excelência que é pecuarista, e sabe disto, o preço do gado está lá em baixo e não existe consumo, porque a "Justiça Divina tarda, mas não falha". Parabênzo o Ministro Dilson Funaro, acima de tudo, pela sua grande honestidade, que não vendeu sua consciência para as grandes multinacionais; manteve sua posição em defesa do Brasil e dos brasileiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. ANTÔNIO BELINATI -(Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Bancada do PDT não tem uma posição fechada sobre a matéria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato. A Bancada não se reuniu, não houve uma posição oficial. Cada Deputado votará como entender que seja conveniente.

Pessoalmente, votarei a favor do requerimento do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato; e gostaria de lembrar, Senhor Presidente, a esta Casa, que, de acordo com noticiário estampado na imprensa nacional, praticamente, quem derrubou o Ministro Funaro do cargo foi o PMDB, sob o comando do Governador Orestes Quêrcia, que mobilizou vários Governadores do País, criando um clima instável, para o Ministro, na área federal, e o Presidente José Sarney, precisando do apoio do PMDB, acabou tendo que aceitar e se curvar diante de uma imposição do PMDB, a nível nacional, pela queda do Ministro Dilson Funaro. Mas, o que nos fez, Senhor Presidente, utilizar este jornal, é para destacar a esta Casa, dentro desta matéria, o que está no PAINEL publicado pela "Folha de São Paulo", e que também é transcrito por vá-

rios jornais do nosso Brasil. A matéria diz o seguinte: "Após o episódio Tasso Jereissati, convidado pelo Presidente José Sarney e vetado pelo PMDB, para o Ministério da Fazenda, a palavra de ordem no Congresso Nacional é "DIRETAS, URGENTE" e não mais DIRETAS, JÁ". pelos corredores da Câmara e do Senado só se comentava ontem "Vejam bem, Senhores Deputados, a falta de autoridade". Ontem, nos corredores do Congresso Nacional, o comentário era geral, não se falava em outra coisa, a não ser na falta de "autoridade" do Presidente Sarney, para nomear seus Ministros.

Creio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que foi até por esta razão que o ex-Governador José Richa, convidado para ser Ministro Chefe da Casa Civil, recusou o convite. E creio que, ainda dentro deste mesmo fato, tenha sido este o motivo de que José Richa fez uma campanha em todo o Brasil, sustentando que o mandato do Presidente José Sarney deveria ser de seis anos, e a imprensa divulga hoje, que o próprio José Richa, já está mudando o seu discurso, e já está dizendo que, para o Brasil, o mandato do Presidente José Sarney, para ser melhor para o País, deva ser de quatro anos.

Lamentamos, Senhor Presidente, esta situação em que o Brasil se encontra, a pressão que houve para a queda do Ministro Dilson Funaro, e fazemos votos que o novo Ministro da Fazenda tenha êxito em sua função.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Serão anotados os votos contrários da Oposição.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - A Bancada do PFL, por unanimidade, vota contrária à matéria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado o vosso pedido.

O SR. RAFAEL GRECA - Os Deputados Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca, Algaci Túlio, votaram contra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - A Representação do PL, também vota contra.

**Explicações Pessoais:**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de

agradecer o apoio que recebemos ao nosso requerimento e comunicar a essa Presidência que amanhã, adentrarei com um outro requerimento, convidando Sua Excelência o Senhor Ministro, porque "quem sempre foi rei, será majestade" convidando o ex-Ministro Dilson Funaro a fazer uma palestra neste Poder Legislativo, sobre economia e, até mesmo, ou por que não, ser interpelado nesta Casa pelos Srs. Deputados, com relação ao setor econômico do nosso País. Informo a Vossa Excelência que, amanhã, estará em mãos desta Mesa, o requerimento de autoria deste Deputado.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) - Para comunicar Sr. Presidente, que com muita honra, estarei nesta audiência com o ex-Ministro Dilson Funaro aqui nesta Casa, para perguntar-lhe porque somente agora, ele lembrou de falar que neste País existe muita impunidade.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Só para dizer que também viremos à audiência do ex-Ministro Dilson Funaro, porque entendemos ser importante para o País, muito menos a mudança de técnico e muito mais a mudança de tática econômica.

Era isso.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria de dizer que, também farei-me representar, inclusive, para dizer ao ex-Ministro Dilson Funaro que lamentamos a sua saída, mas de forma impune.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Afonso Júnior, dentro das Explicações Pessoais.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uso desta tribuna para que de uma maneira ética, de uma maneira educada, possa responder ao pronunciamento do colega Deputado do PDT, Valderi Mendes Vilela, como também o do Deputado Luiz Antônio Setti, com relação à instalação da agência do Banco do Estado do Paraná, na Cidade de Santo Antônio da Platina, onde tive a honra de ser o seu Prefeito. Quero dizer ao amigo Deputado Valderi Mendes Vilela quando o mesmo afirmava que o Governo do Estado, o Governo Álvaro Dias, este Governador que com tanta sensibilidade, que com tanta seriedade está a conduzir os destinos deste Paraná, o ilustre Deputado alegava que tal instalação que seria feita em Santo Antônio da Platina, causaria grandes gastos ao Erário Público. Quero dizer que tais gastos não ocorreram. Tive uma audiência com o Sr. Presidente do Ban-

co do Estado do Paraná, João Calos Finardi, o qual nos assegurou que a instalação desta regional na Cidade de Santo Antônio da Platina não causará nenhum acréscimo de ordem financeira. E quero dizer aos ilustres colegas Valderi Mendes Vilela, Deputado Luiz Antônio Setti, que nós da Bancada do PMDB, quando assinamos a reivindicação da instalação para a Cidade de Santo Antônio da Platina, esta regional já estava desativada da Cidade de Jacarezinho há, praticamente, três anos atrás. E esta regional funcionava na Cidade de Londrina. Com esse nosso requerimento, e posicionamento, a Bancada do PMDB solicitou ao Governador Álvaro Dias, ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, João Carlos Finardi, que instalasse a regional na Cidade de Santo Antônio da Platina, o que veio acontecer.

Quero dizer mais, que sabemos que, infelizmente, Deputado Luiz Antônio Setti, Vossa Excelência naquela ocasião não era Deputado quando esta regional foi desativada. Vossa Excelência conseqüentemente não tem culpa alguma. E digo aqui de público, se esta regional estivesse funcionando na Cidade de Jacarezinho, este Deputado que vos fala, que tem o aeroporto local denominado de Aeroporto Deputado José Afonso em memória ao saudoso meu pai, que já foi Deputado nesta Casa. Eu que sou filho de Jacarezinho, jamais atuaria pedindo que a referida regional se instalasse em Santo Antônio da Platina. Mas, visto que se encontrava em Londrina, nós apenas, por um aspecto geográfico, e também pela agência de Santo Antônio da Platina ser hoje considerada dentre os trezentos e onze municípios do Estado do Paraná, está colocada em terceiro lugar, em captação e comercialização. Creio que o Sr. Governador do Estado, e o Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná agiram com critérios técnicos, com critérios políticos, analisando e dando a quem de direito, tem responsabilidade para gerir e para dar lucro, inclusive ao próprio Banco.

Ao finalizar as minhas palavras, quero dizer, amigo Luiz Antônio Setti, que tenho certeza, que num futuro não muito distante, estas coisas todas haverão de ter o seu término.

O que sentimos, infelizmente, é um bairrismo, que existe entre estes dois Municípios que estão, nada mais, nada menos do que 20km de distância, e que nós, como seus representantes legítimos, não devemos deixar frutificar no seio das duas sociedades, tanto na da platinense, como da jacarezinhense, esta briga descabida, uma vez que, cabe a nós cuidarmos do destino dos nossos filhos e dos nossos netos, que clamam para um desenvolvimento harmonioso dos dois municípios.

Quero dizer ainda, amigo Deputado Luiz Antônio Setti, que nos sentimos honrados, nós de Santo Antônio da Platina, quando vamos estudar em Jacarezinho, porque sabemos que é a capital da cultura, e Santo Antônio é a capital do desenvolvimento econômico.

Então, não vejo razão para que a sociedade no seu todo, ferida, uma vez que a Bancada do PMDB nada tirou de Jacarezinho, apenas acrescentou, porque com a instalação da regional em Santo Antônio da Platina, Jacarezinho poderá ficar mais perto e não terá que se dirigir mais a Londrina, como acontecia anteriormente.

Concedo, com muito prazer, e com muita honra, o aparte ao brilhante colega Luiz Antônio Setti.

O Sr. Luiz Antônio Setti - O nobre companheiro deve estar equivocado, porque este pronunciamento foi feito pelo companheiro, Deputado Valderi Mendes Vilela, e não por mim.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Perfeito.

O Sr. Luiz Antônio Setti - Na época em que foi instalado, se foi dito pelo nosso Governador, da instalação da regional do BANESTADO, em Santo Antônio da Platina, eu como jacarezinhense, filho da cidade, assim como você também o é, estive junto ao Governador reivindicando esta regional, a Jacarezinho.

Quando o Governador nos disse, que por uma estratégia técnica, seria melhor em Santo Antônio da Platina.

Com isto, nos conformamos, e o Governador sensibilizou-se, junto à nossa reivindicação, e nos disse que iria compensar de outra maneira. Mas, absolutamente, eu estou estabelecido em Santo Antônio da Platina, e tenho comércio há mais de trinta anos, e não seria briga regional; já mais iria brigar com Santo Antônio; e sim ir ao Governador, reivindicando, também, para Jacarezinho, e não tentando tirar de Santo Antônio da Platina.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Agradeço o aparte inteligente, do nobre Deputado, e quero dizer que me referi ao seu nome, porque o Deputado Valderi Mendes Vilela, teria me informado que Vossa Excelência fez um pronunciamento mais ou menos análogo ao dele. Então, eu também, respeitando a sua presença aqui, e sabendo que Vossa Excelência é o digno representante da comunidade de Jacarezinho, não poderia furtar-me de citar o seu nome.

Agradeço o aparte, e me coloco sempre à disposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que tinha a dizer, nesta oportunidade.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência consulta o Deputado Lindolfo Júnior se fará uso da palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente.

Gostaria de declinar e ao mesmo tempo inscrever-me para o Pequeno Expediente de amanhã, parabenizando mais uma vez o Deputado José Afonso Júnior pelo seu pronunciamento, pelo seu diálogo. Não estamos olhando as cores partidárias no momento, mas o Paraná como um todo e lamentar, acima de tudo que nenhum representante do PMDB esteja na Bancada de lá, para ouvir e prestigiar as palavras do jovem e brilhante Deputado Estadual José Afonso Júnior, com exceção, evidentemente do Deputado de Guarapuava, que está aqui numa confraternização, conversando com as Bancadas do PDT, do PL, do PFL, demonstrando, acima de tudo, que existe ainda diálogo entre os Partidos da Oposição.

Obrigado, Sr. Presidente, era isso e gostaria de inscrever-me para o Pequeno Expediente de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado. Esta Presidência agradece a sua colaboração.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 30 às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais a

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 32/87.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 1987.**

**"Compromisso de Ouro Preto"**

Os Presidentes de Assembléias Legislativas signatários deste documento, reunidos ontem em Belo Horizonte e hoje, "Dia de Tiradentes", em Ouro Preto,

considerando que, por estar em curso no País um processo de democratização, é primordial que as Casas Legislativas Estaduais, por serem representativas das variadas e multiformes regiões e culturas do País, tenham participação mais efetiva na elaboração da nova Carta;

considerando que o Poder Legislativo, em seus três níveis de representação, deve ser verdadeiro instrumento das mudanças reclamadas pela Nação;

considerando que o estabelecimento de uma Federação forte, independente e soberana, só pode ser concretizada se refletir os anseios de cada comunidade estadual;

considerando que há necessidade de se apresentarem à Assembléia Nacional Constituinte, de forma criteriosa e fundada, as questões que mais afligem os Estados-membros;

assumem como compromisso comum de luta pela institucionalização de uma sociedade participativa e democrática, as seguintes propostas, que deverão nortear a ação política das Assembléias Legislativas e que hoje são encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, na pessoa de seu ilustre Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, reserva cívica da Pátria, máximo Líder e Intérprete da Instituição Legislativa:

1. Garantia do direito de as Assembléias Legislativas estaduais terem suas proposições rigorosamente recebidas, discutidas e apreciadas, assegurando-lhe o direito de oferecer emendas ao projeto, em igualdade de condições e de oportunidades que as asseguradas aos Constituintes.

2. Inserir nas disposições transitórias norma que assegure aos Legisladores estaduais a autonomia constitucional para estabelecer a auto-organização plena, além da reprodução das normas centrais.

3. Atribuição, de forma efetiva, ao Poder Legislativo da função de controle político do Governo, além de ampla competência legislante. O Legislativo deverá ser o juiz da oportunidade das providências do estado de serviço, podendo, para tanto, interferir na administração pública, a fim de suspender atos administrativos e definir a ocasião dos investimentos, mediante "quorum" qualificado de 2/3.

4. Acentuar a competência do Poder Legislativo como órgão fiscalizador das práticas de execução orçamentária e da política financeira; condicionar a sua autorização prévia os atos pertinentes às relações internacionais.

5. Garantir ao Poder Legislativo: orçamento próprio, competência para dispor, mediante Resolução, sobre a sua organização e criação de cargos; a liberação dos recursos orçamentários que lhe forem consignados, mediante fluxo previamente aprovado, implicando a sua inobservância sanções aos transgressores.

6. A criação de Estado-membro ou alteração dos respectivos territórios não deve ser decisão unilateral do Poder Central, mas decorrente de resolução solidária do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas interessadas.

7. Restringir a intervenção federal aos casos de agressão estrangeira, manutenção da ordem e da tranquilidade dos Estados-membros, mediante requisição dos

respectivos Governos, assim como para o resguardo do cumprimento das leis e sentenças federais.

8. Revisão do sistema de distribuição de competência legislativa no tocante ao direito substantivo e ao processual, de forma que se assegure aos Estados-membros a possibilidade de atenderem às peculiaridades locais.

9. Revisão dos critérios de distribuição de competência tributária, no sentido de prover a suficiência material necessária à responsabilidade operacional de cada ente integrante da Federação, propondo-se a criação de um organismo partidário, composto por representantes do Congresso Nacional e do Poder Executivo Federal, das Assembléias Legislativas e dos Poderes Executivos estaduais, para a planificação do orçamento federal.

10. A isenção de impostos estaduais e municipais dependerá sempre de deliberação ou ratificação das respectivas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais caso seja prevista como matéria da Legislação Federal.

11. A organização municipal deverá ser da competência exclusiva do Estado-membro.

12. Fortalecimento do princípio da legalidade, eliminando a "legislação" por decretos, portarias e instruções, como o restabelecimento da observância do preceito de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

13. Recuperação da plenitude das imunidades parlamentares, segundo a tradição do direito constitucional brasileiro.

14. Maior participação das Assembléias Legislativas no processo da elaboração da nova Constituição, objetivando contribuir para que a Assembléia Nacional Constituinte receba sugestões regionais que expressem e configurem as peculiaridades sociais, econômicas e políticas de cada unidade da Federação.

15. Criação de centrais estaduais de sistematização de sugestões recebidas de entidades representativas de âmbito estadual com a finalidade de contribuir para o aprimoramento de novo texto Constitucional, devendo ser entregue à Assembléia Nacional Constituinte até a data de 30 de junho do corrente ano.

Neste berço da liberdade e da democracia, na data singular do culto aos grandes da Pátria, expressamos a confiança de que estas proposições, que buscam transmitir a síntese dos ideais da Nação - dos quais o Poder Legislativo é depositário pelo sufrágio livre e soberano do povo brasileiro serão acolhidas pela Assembléia Nacional Constituinte.

São proposições com que, valorizando o Poder Legislativo e fortalecendo a Federa-



ção, os Presidentes das Assembléias Legislativas, inspirados pelos memoráveis exemplos de Minas e de seus Sagrados Mártires, lançam à Nação as bases de uma aliança solidária e altruísta para a redenção dos males que sufocam a Nação e a retomada de um desenvolvimento compatível com a riqueza econômica do Brasil, voltado para a promoção da justiça e da paz social.

Ouro Preto, 21 de abril de 1987.

DEPUTADO MANOEL MACHADO

Presidente da Assembléia Legislativa  
do Acre

DEPUTADO JOSÉ MEDEIROS

Representando o Presidente da  
Assembléia Legislativa de Alagoas  
DEPUTADO ÁTILA SIDENEY L. DE ALBUQUERQUE  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Amazonas

DEPUTADO ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Ceará

DEPUTADO DILTON LYRIO NETTO  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Espírito Santo

DEPUTADO FREDERICO JAYME FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Goiás

DEPUTADO JONATAN BARBOSA  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Mato Grosso do Sul

DEPUTADO JOSÉ NEIF JABUR  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Minas Gerais

DEPUTADO MARIUADIR JOSÉ MIRANDA SANTOS  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Pará

DEPUTADO JOÃO FERREIRA LIMA  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Pernambuco

DEPUTADO LUCIANO NUNES SANTOS  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Piauí

DEPUTADO GILBERTO RODRIGUEZ  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Rio de Janeiro

DEPUTADO NELSON HERMÓGENES DE M. FREIRE  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Rio Grande do Norte

DEPUTADO ALGIR LORENZON  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Rio Grande do Sul

DEPUTADO SIDNEY RODRIGUES GUERRA  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Rondônia

DEPUTADO JUAREZ ROGÉRIO FURTADO  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Santa Catarina

DEPUTADO EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de São Paulo

DEPUTADO GUIDO AZEVEDO  
Presidente da Assembléia Legislativa  
de Sergipe

DEPUTADO ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente da Assembléia Legislativa  
do Paraná

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA  
CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO  
SENHOR DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,  
EM SESSÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 1987.

"Equanto não visto a toga"

(José Wanderley Dias)

Quando, recentemente, se abriram duas vagas de advogados, para juízes suplentes do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, começou para mim, uma série de sustos, de sobressaltos.

Primeiro, a minha indicação, em votação unânime, pelo Tribunal de Justiça de meu Estado.

A surpresa não diminuiu a honra. Sei que muito deve ter pesado a amizade que me une, de longa data, a todos e cada um dos Desembargadores paranaenses, sobressaindo, evidentemente, aqueles que comigo se assentaram nos bancos escolares e aqueles outros cujos caminhos existenciais se cruzaram freqüentemente com o meu. O que sou mesmo é homem de jornal. Pensei que poderia haver incompatibilidade insanável entre o que escrevo para a imprensa e aquilo que eu viesse ter de adotar como juiz. Claro que há pontos de conflitos. Não, porém, na raiz. Um juiz nunca pode deixar de ser a criatura humana que é, com suas qualidades e defeitos; com sua visão e com sua audição, física e/ou mental, espiritual.

Freqüentemente, o juiz, o ministro, o desembargador, fazem história, escrevem história, são história com seus votos, com seu julgamento, com seu relatório. As peças provindas de um juiz são a expressão de seu entendimento independente, altivo, sereno, justo sobre o que lhe cabe decidir.

Juiz e jornalista, assim repetidamente não têm apenas a mesma inicial a traçar seu destino: são semelhantes com todas as letras, embora as palavras possam ser diferentes.

Um editorial tem muito de um acórdão; o comentário severo de um homem de jornal é também uma sentença, ainda que de um tribunal que não faz parte do Poder Judiciário: a opinião pública.

Minha preocupação com a indicação do Tribunal de Justiça do Paraná desanuviou-se, principalmente quando vi a relação dos mais indicados.

De modo algum - pensei - viria eu a ser o escolhido, ante o valor dos companheiros de lista múltipla.

Sem demérito para os demais, tinha e tive o direito de "torcer" pelo Alir Ratcheski, admirável figura de advogado e de homem de bem.



Agora, novo susto me ameaça, me emociona e me sensibiliza: ao que parece, as duas nomeações recaíram exatamente sobre mim e sobre o Alir.

Vou acabar sendo juiz: espero que para susto apenas meu e não para susto da comunidade, da sociedade a que irei servir noutro posto.

Não é, porém, como juiz que desejo aqui falar, escrever agora.

Primeiro, porque não o sou e não tenho a certeza de que o serei.

Segundo, porque este não é o foro competente onde um julgador deve falar. Se vier a ter assento no Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de minha terra, é lá que a toga me fará falar como juiz.

Como se trata de mandato, espero vesti-la e desvesti-la com a mesma serenidade e paz com a minha consciência, o primeiro e mais inflexível dos tribunais de um julgador.

Se o jornalismo não me permitir ser juiz, deixarei o jornalismo; se a atividade judicante não me permitir ser jornalista, renunciarei ao Tribunal.

Não misturarei as duas funções: não serei uma esquisita substância formada de massas que se repelem.

Juiz deve ser íntegro: íntegro quer dizer inteiro; se eu me separar em partes antagônicas, serei parte e não poderei ser imparcial, o que é indispensável para um juiz.

Ainda não vesti a toga, repito, e não sei se irei vesti-la.

Enquanto não me invista, portanto, no TRE, posso mais tranqüilamente, falar como jornalista livremente.

E o que faço agora com referência ao chamado caso dos Marajás, tentando fazê-lo tão brevemente quanto me permita a indignância de minha capacidade.

Sou contra leis de favoritismo, de privilégio. Não parto disto, porém, para agredir aos que por elas são beneficiados. Por exemplo: é inaceitável moralmente a Lei que isenta juizes, deputados, senadores e militares de Imposto de Renda. Isto, porém, não me autoriza a agredir os que são privilegiados por ela.

Não posso, porque seria injusto, dizer que todos os juizes, legisladores e militares são corruptos, marginais, exploradores do grosso da população, simplesmente porque uma legislação discutível os beneficia.

Agora, o governador do Paraná anula aposentadorias que entendeu ilegais no Tribunal de Contas. Até aí, mais que sua atribuição legal, vai o seu dever moral. Não pode ser censurado por isto. Sua Excelência extrapola, porém, quando vai além de seu dever constitucional e julga seus próprios atos e, o que é pior, julga os

que por eles são atingidos.

Quando exorbita, o governador deixa de ter a serenidade que se exige a um magistrado, a serenidade que se impõe a um regente.

Levar nomes como os Emílio Gomes, Francisco Borsari Netto, Túlio Vargas e outros à execração pública é invadir um patrimônio a que ninguém, nem governador, nem ninguém outro, tem acesso: a honra, a dignidade pessoal.

Há destempero e açodamento do governador quando diz: se fossem homens de bem, não recorreriam à justiça. Pelo contrário, governador: precisamente porque são homens de bem é que recorrem à justiça.

Não discuto os ukases de Vossa Excelência: à justiça é que caberá essa tarefa.

Como advogado e como cidadão, entendo que a justiça é o pilar mais seguro da sociedade.

Que os tribunais, portanto, falem: na distribuição da justiça e a eles que se aplica, em jogo de palavras: Roma locuta, quaestio soluta. (Esta frase, aliás, foi dita pelo governador de Minas sem saber o que estava falando!).

Alguns decretos têm consideranda iniciais. Os de Vossa Excelência, ainda que terminais, são infelizes.

Denegrir homens como Emílio Gomes é atingir a honorabilidade de alguém que, deputado, governador, prefeito, industrial, é toda uma vida de trabalho e honradez; injuriar Francisco Borsari Netto é atingir um professor, técnico, Secretário de Estado, Parlamentar, cidadão que só tem honrado a Terra de Guairacá; invectivar Túlio Vargas é tentar demolir a reputação intelectual, moral de um historiador, de um político, de um cultor do que o Paraná tem de melhor, um moço cujo rol de trabalho paranista só tem paralelo nos que realmente amam e têm raízes plantadas neste solo abençoado e fecundo.

Os demais "desnomeados" ou "cassados" por Vossa Excelência merecem igual respeito: a ninguém é lícito aqular o desrespeito, a agressão moral ao que são e ao que têm feito pela vida afora.

Tratá-los como réprobos é uma agressão moral que não se coaduna com as altas funções que cabem a Vossa Excelência que, mais que ninguém, deve manter-se com serenidade e a salvo de paixões tão passageiras quanto demolidoras, tão ocas quanto perversas.

Se as nomeações, aposentadorias, etc., foram feitas ao arrepio da lei, que o digam as cortes às quais cabe sobre elas julgar e decidir.

Que a justiça decida no campo que lhe é privativo, governador.

Não passe, porém, à História como de-

molitor de reputações. Isso não lhe cabe, nem legal, muito menos moralmente.

Uma advertência, governador. Conheço Guilherme Lacerda Braga Sobrinho desde antes que Vossa Excelência houvesse nascido. Garanto-lhe, pois, que certas peças da malfadada Sindicância na Fundepar são arapucas sórdidas para atingir Ney Braga indiretamente, através de seu irmão.

Pode haver iguais, governador: no Paraná, porém, não há quem seja mais digno, mais correto, mais sereno e severo consigo

mesmo do que Guilherme Braga.

Eu não poderia deixar de escrever o que escrevi, antes de vestir a toga.

Se, por absurdo, para vesti-la, eu tivesse de calar-me perante a injustiça, jamais a poria sobre meus ombros.

E é justamente por acreditar que não é somente em Berlim, mas no Paraná também existem juizes, é que, se for o caso, entrarei tranqüila, serena, independentemente no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.